



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2020

Ata n.º 43

Aos cinco dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Auditório Municipal, por convocatória de vinte e oito de Julho e aditamento de vinte e oito de Julho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 14-05-2020 e 01-07-2020;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Construção de Quarenta Fogos em Paderne", pelo preço base de 3.898.000,00€ +IVA;-

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas", pelo preço base de 6.500.000,00€ +IVA; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ajuste direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Ford e Land Rover, incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", até ao limite de 45.000,00€ + IVA;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à consulta prévia para "Fornecimento Contínuo de Pneus, Câmaras de Ar e Prestação de Serviços Conexos", até ao limite de 59.160,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de



Pavimentação do Caminho da Baleeira - São Rafael, Rua do Farol e Ponta da Baleeira, pelo valor base de 900.000€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Construção de Novo Ginásio, Ampliação de Cantina, Pintura de Paredes Exteriores dos Edifícios Existentes e Implementação de Segurança Contra Incêndio na EB 2,3 Diamantina Negrão, pelo valor previsto de 816.303,14€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao concurso público para "Concessão de Dois Circuitos de Transportes Públicos de Interesse Turístico em Comboio Rodoviário Articulado em Albufeira; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à "Candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior para o ano letivo 2020/2021"; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para "Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental", para a empreitada de "Remodelação e Ampliação da Rede de Águas Residuais e Pluviais da Zona Norte de Paderne - Fase 1"; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para "Aquisição de Serviços para Avaliação das Competências e Atribuições do Município de Albufeira, Caracterização da Estrutura Funcional Atual, Análise e Descrição de Funções de Recursos Humanos e Reestruturação Orgânica dos Serviços", com o preço base de 80.000€ + IVA; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo PAN "Mercado Biológico";-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo PAN "Apoio à iniciativa da sociedade civil - Caixa Solidária";-----



PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo BE "Pelo fim das touradas no concelho de Albufeira";-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo PAN intitulada "Praça de Touros de Albufeira";-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (suplente PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Faltas: Vera Belchior, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Hugo Aires, Rui Gago, João Guerreiro e Nuno Lisboa.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -- Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão relembrando os presentes do devido cumprimento das medidas de segurança exigidas pela DGS.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Agostinho Graça: "Boa noite, o que me trás aqui é um problema que tenho muito antigo, com um terreno sito em Sesmarias, desde mil novecentos e noventa e cinco, quando fiz o primeiro pedido à Direção Regional de Agricultura, que me fornecesse um certificado de solos, o qual foi feito e onde me é respondido que a parcela de terreno é



constituída por solos da sub classe D, não se integrando na Reserva Agrícola Nacional. Com este documento dirigi-me à Câmara Municipal a pedir que me fosse concedida alguma construção no mesmo, mas não consegui nada, porque a Câmara disse que o terreno estava em Reserva Agrícola Nacional. Aguardei mais seis anos, à espera que houvesse um PDM que favorecesse o meu pedido e voltei à Direção Regional de Agricultura para confirmar se o terreno era agrícola. Voltaram-me a responder da seguinte maneira, que tendo em conta a situação presente, após vistoria novamente efetuada ao local, reiterará esta Direção Regional, na qualidade de membro da comissão de acompanhamento aquando da revisão do PDM de Albufeira, o parecer já anteriormente emitido no nosso ofício de dez de Março de noventa e cinco. Portanto, eles confirmaram que o terreno não era agrícola, mesmo assim voltei novamente à Câmara com este documento e a Câmara sempre se recusou a aceitar a minha pretensão de classificar o terreno como urbano ou equivalente. Depois, apesar de eu ter já cedido à Câmara oitocentos e tal metros quadrados de terreno, responderam-me outra vez a dizer que “após visita ao local somos da opinião técnica que o remanescente da parcela dada a envolvente já urbanizada, a sua localização e características intrínsecas poderá vir a obter classificação que permite alguma edificação. Então fico a estranhar como é que sendo a Direção Regional da Agricultura a entidade responsável pela classificação dos terrenos, seja a Câmara a negar-me constantemente os meus pedidos de classificação de solos, apesar de eu ter cedido uma grande parte do terreno, sem qualquer benefício ou contrapartida, foram oitocentos e oitenta e três metros cedidos à Câmara. Uns para o alargamento de estradas envolventes, e o último para formação de uma rotunda no local. É por isso que venho aqui solicitar a esta mesa, que me digam, realmente o que passa, porque já lá vão vinte e cinco anos, desde que o terreno foi classificado como não sendo agrícola e continuo a não ter uma resposta favorável, tendo eu, voluntariamente contribuído em ajudar a Câmara a resolver os problemas envolventes, com o alargamento de estradas e rotundas, sem qualquer benefício para a minha parte. Estou a ficar com uma certa idade e não tenho cá a minha família, as minhas filhas que possam continuar a olhar pelas minhas coisas e gostava que fizessem o favor de me dizer ou alguém que pudesse ajudar-me a resolver este problema, para eu viver mais descansado.”-----

Jorge Jesus: “Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, senhores Vereadores, público em geral, o que trago aqui são duas questões



muito objetivas. Quanto é que a Câmara gastou ou pretende gastar no Summer Fest, quanto é que a Câmara gastou na passagem de ano, tendo em conta que os próximos meses e talvez os próximos anos em Portugal vão ser de extrema dificuldade. Depois de sabermos que este Governo deu uma facada brutal ao Algarve, quando o Reino Unido tinha feito a proposta que fechava o aeroporto de Lisboa e ficava só o aeroporto de Faro e do Porto, e, o Governo disse ou é Lisboa ou não é nenhum. Dá-me a sensação que, o nosso Governo não gosta do Algarve. Mas era importante saber quanto é que a Câmara, de facto, gasta nestes eventos, porque eu não conheço as medidas de apoio aos empresários de Albufeira, não conheço medidas preventivas para aquilo que se aproxima de grandes problemas sociais e económicos para as famílias e evidentemente não tenho muita esperança em relação à oposição, porque ano, após ano, também não vemos iniciativas relevantes, e, parece que estão à espera que o fruto caia de podre para tomar o poder e, portanto, resta-nos a nós esperar que efetivamente vocês pensem em relação às medidas necessárias para um futuro que à partida será difícil."--

Manuel Marciano: "Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores a todos, boa noite. O que me trás aqui é uma situação relacionada com os clubes e associações do concelho, nomeadamente a atribuição de subsídios, que me parece que não sejam os mais corretos em algumas situações, há aqui dualidade de critérios que eu não percebo e gostaria que a Câmara me explicasse o que é que se passa. Fui sócio fundador da ARPA, Associação Recreativa de Patinagem de Albufeira, durante cinco anos exerci funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entretanto fundei o Clube de Patinagem de Albufeira e é com muito desagrado que vejo que a ARPA desde vinte e dois de Julho e depois passou a ser a vinte e dois de Setembro de dois mil e dezassete até finais de dois mil e dezoito era um clube sem atletas, tinha provavelmente entre os quinze e os dezasseis atletas, chegou algum tempo em que não tinha sequer os treinadores, tinha poucos sócios. E é com desagrado que vejo que a Câmara Municipal em dois mil e dezoito dá a este clube oito mil e duzentos e sessenta e três euros de subsídios. Gostaria de saber quais eram os critérios, porque enquanto eu fui Presidente da Mesa de Assembleia Geral deste clube, cheguei a ter sessenta atletas e nunca recebi mais que mil oitocentos e sessenta e seis euros. Houve um ano em que a Câmara me deu cinco mil e poucos euros mais uns trocos para o transporte, que dava seis mil duzentos e quarenta euros, dinheiro que na altura renunciámos



porque o clube estava em vazio diretivo. E eu gostaria de saber o que é que se passa porque, nós temos um Clube de Patinagem da cidade, que tem seis campeões regionais, de patinagem artística e que a Câmara este ano, no contrato de programa dá seis mil seiscentos e quinze euros. Eu não sei se é porque o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Assembleia Geral do Clube, que estes subsídios são tão elevados, eu quando fui Presidente deste clube, realmente, com sessenta atletas não tive subsídios tão elevados. O clube entre finais de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito não teve atletas, não tinha atividade, nem tinha sócios, como é que a Câmara dá um subsídio desta natureza? Depois queria colocar uma questão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, tenho aqui uma ata datada de cinco de Abril de dois mil e dezoito, da Associação Recreativa de Patinagem de Albufeira, onde há aqui uma alteração de estatutos e a sede do clube passou para o escritório do Dr. Paulo Freitas, o Presidente da Assembleia Municipal. Eu gostaria de saber qual é que é o interesse do clube ou o interesse do senhor Presidente da Assembleia em ter transferido a sede do clube para o seu escritório de advogados? Eram estas as questões que eu queria colocar.”-----

Carla Madeira: Boa noite senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, público em geral, sou lojista no edifício Vila Magna, Montechoro, tenho lá uma loja há bastantes anos, este ano lá consegui fazer alguma coisa porque aquele edificio tem sido muito problemático de há uns anos para cá fechou, etc., agora conseguimos que começasse ali algumas lojas a laborar. Estamos agora com um problema muito sério, que é o estacionamento. Porque aquela esfera toda à volta do antigo Hotel Montechoro foi construída, basicamente eram Aparthotéis em que eram descarregados ali os turistas e autocarros, neste momento grande parte daqueles edifícios que ali estão são particulares e que vêm não de autocarro, mas sim de carro. Grande parte das pessoas que são proprietárias ali são residentes efetivamente ali. O problema agrava-se nestas alturas de verão, julho e agosto, porque não temos estacionamento nenhum. Não há parques de estacionamento naquela zona, em lado nenhum no Montechoro, tirando os terrenos baldios mais lá para trás, e está-se a criar problemas sérios porque há uns vizinhos que bombardeiam constantemente a GNR com fotografias com carros em cima do passeio e que têm de ser retirados. Trago aqui uma pasta cheia de multas, de proprietários do edifício, que foram multados dias consecutivos, porque tinham os carros em cima dos passeios. Gostava de



saber aqui, o que é que a Câmara nos podia dar de alternativa a estacionamento ali? Como é que podemos resolver o caso com vizinhos que, lá está, eles têm razão, não se deve estacionar em cima do passeio, o problema é que não há estacionamento em mais lado nenhum. Ainda pior, quando ouvimos dizer que aquela zona vai sofrer requalificação e que vamos suprimir lugares de estacionamento ali. Aquilo vai um "ai Jesus" para se conseguir arranjar um estacionamento. Ainda pior, dos edifícios que ali estão, quase nenhum tem garagem, porque lá está, eram aparthotéis que serviam as subcaves e as caves com lavandarias, arrumos, etc., ali não há garagens em lado nenhum. Deparo-me com este problema, ainda mais no meu ramo, sou mediadora imobiliária, tenho de entrar e sair constantemente com clientes, que não tenho onde deixar o carro a não ser em cima de um passeio ou mal estacionado. Por outro lado, temos aquela tenda do lado poente do edifício, que nunca percebi para que aquilo era, onde temos uma série de casas em cima que estão completamente degradadas, com pessoas que vivem nas ruas e aproveitaram ali os recantos que lá estão, com a vegetação a crescer porque ninguém limpa aquilo. Gostava de saber o que é que a Câmara tem a dizer acerca disso, o que é que se pode fazer quanto àquele espaço, nem que seja limpar ou obrigar a limpar, ou comprarem e fazer um parque de estacionamento, por exemplo. Era boa ideia."-----

Tomás Ramos: "Boa noite a todos, a minha primeira pergunta é sobre o Orçamento Participativo, gostaria de saber como se encontra a situação do Orçamento Participativo e, tendo em conta as circunstâncias atuais da nossa sociedade se este ano passará por uma submissão on-line das propostas do Orçamento? A minha segunda questão recai sobre a via pública, nomeadamente no Cerro da Águia, tendo em conta uma questão que foi colocada na Assembleia Municipal em Setembro do ano passado e recai sobre a falta de sinalética de trânsito, quer vertical, quer horizontal. Ou seja, torna-se extremamente complicado conduzir naquela zona, porque a zona mantém, sensivelmente, as mesmas condições que tinha há quarenta anos atrás, as estradas não aumentam, mas o fluxo de trânsito aumenta bastante e há determinadas zonas em que é necessário fazer marcha atrás, trinta metros, quarenta metros e zonas em que não conseguem passar dois carros. Gostaria de saber se está previsto algum tipo de sinalética para essa zona? Uma vez que a sinalética existente tem um aviso de via estreita no arruamento do caminho do Cerro da Águia com a estrada de Patroves e tem outro que está danificado, também no outro extremo do caminho do Cerro da Águia



com a estrada nacional quinhentos e vinte e seis. Excluindo os espelhos côncavos, apenas existem Stop's verticais na zona, não existe absolutamente mais sinalética nenhuma. Gostaria de saber, uma vez que a construção tem aumentado bastante, se estão previstas a colocação de novos contentores para o lixo, uma vez que um contentor de cento e vinte litros, sensivelmente, há trinta anos servia quatro moradias, mas que no mesmo arruamento agora encontram-se cerca de dez e há um acumular de lixo que vem de encontro com a minha outra questão que é se há algum plano de anti pragas, desbaratização para aquela zona, uma vez que, tendo em conta a acumulação de lixo e o calor, atualmente existem muitas baratas naquela zona e eu gostaria de saber se no plano municipal passa por alguma desbaratização naquela zona."

Paulo Almeida: "Boa noite a todos, é com imensa satisfação e orgulho que a Nuclegarve vê, ao fim de doze anos, ser lançada a primeira pedra para a construção da aldeia, que alguém consiga trazer até aqui a aprovação, penso eu, que seja desta vez. Gostava de falar para todos os membros desta Assembleia, alguns conhecem a história da Nuclegarve, outros não conhecem ou fazem que não conhecem. Gostava que isto fosse votado, que fosse aprovado por unanimidade, mas também gostava de ouvir algumas pessoas, dessas que vão votar, dizer alguma coisa sobre a Nuclegarve. Não se devem esquecer, o terreno foi comprado pela Câmara Municipal, o Dr. Rolo acompanhou isso muitas vezes comigo. Foi comprado pela Câmara Municipal, mas quem tratou de tudo foi a Nuclegarve. A primeira pedra foi lançada, o terreno foi comprado, trouxemos imensas vezes a televisão a esta cidade, no desfile dos camiões, em várias festas, demos o nome de Albufeira em muitas vezes e trouxemos aqui as televisões para mostrar Albufeira muitas vezes. Quero mais uma vez agradecer e tenho muito gosto que isto seja aprovado e que desta vez siga o seu caminho normal, porque doze anos depois da primeira pedra, por alguém que dizia que era a menina dos olhos de ouro dele, abandonou completamente a Nuclegarve, não só abandonou como nem as suas quotas paga. É triste, sinto-me enganado por muitos dos políticos daqui de Albufeira. Por isso, agora tenho de ter muito cuidado com os políticos daqui de Albufeira, conheço um, e sei em quem devo confiar e em quem não devo confiar. Os novos que aqui estão, que não me conhecem, não sei se já ouviram falar de mim e da Nuclegarve, mas espero que tenham mais abertura, e que hoje são algumas das minhas ideias que trago para Albufeira, mais uma vez. Obrigado a todos."-----



Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, o senhor Agostinho falou na questão da classificação de um terreno, relativamente aos solos que desde mil novecentos e noventa e cinco, que recebe da Reserva Agrícola Nacional, nomeadamente da Comissão da Direção Regional de Agricultura, a dizer que o terreno não se enquadra na RAN e a Câmara entende que se enquadra. Não conheço o processo ao pormenor, posso mandar ver isso e dentro de, o mais tardar, quinze dias, pode deixar o seu contacto para depois ser contactado, com o resultado dessas novas observações, dessas novas análises. Depois fala dos oitocentos e oitenta e três metros quadrados cedidos à Câmara Municipal, para alargamento de uma estrada e de execução de uma rotunda, mas isso certamente que foi negociado de uma forma ou de outra, não sei se foi feita a escritura, se não foi. Não foi? Então deveria ter sido feito, mas ainda estamos a tempo de fazer uma escritura, eventualmente de doação. É uma questão de falarmos nisso porque acho que essas coisas devem ser, ainda que sejam cedidas gratuitamente deve ser feito sempre uma escritura. É uma questão de contactar comigo que depois tratamos dessa situação, que eu aqui, evidentemente, não tenho o histórico daquilo que se tem passado relativamente à classificação do solo, depois havemos de pormenorizar mais isto. Relativamente à questão do senhor Jorge, quanto custou o Summer Fest e a passagem de ano, a passagem de ano deduzo que a última, de dezanove para vinte, foi à volta de setecentos mil euros e o Summer Fest à volta de duzentos mil euros. Dizer que não conhece as medidas relativamente aos empresários e as medidas sociais que a Câmara Municipal tomou ou tem tomado nesta fase, acho que não tem estado muito atento. Relativamente às medidas, todas elas foram tomadas, dos mais diversos, quer relativamente à área social, ao apoio na alimentação de muitas famílias, apoio aos medicamentos, apoio ao arrendamento, à isenção das tarifas fixas de água de saneamento e resíduos sólidos, que todos usufruíram ao longo de três meses, ao não pagamento das esplanadas, enfim, toda uma série de questões, há o apoio dado a micro empresas através dos seus sócios gerentes e empresários em nome individual, apoio às escolas, nomeadamente aquisição de Tablet's e computadores para os alunos poderem usufruir de aulas on-line, através das plataformas eletrónicas, distribuição de equipamentos de proteção individual, máscaras, álcool gel, autocolantes, batas, viseiras, a todas as entidades, sejam elas do Estado ou IPSS, nomeadamente os bombeiros, GNR, Centro de Saúde. Foi a Câmara a primeira entidade a disponibilizar esses meios de proteção individual a todos os profissionais de saúde. O apoio que



demos a todos os profissionais de saúde durante aquele período de contingência disponibilizamos algumas habitações para quem não quisesse ir a casa para não contaminar os seus familiares, ficasse naquele espaço. Disponibilizamos também algumas refeições diárias para os profissionais de saúde, principalmente ao jantar, que não tinham apoio para os jantares, durante pelo menos três meses. Houve uma imensidão de medidas e de ações, quer de disponibilidade material, quer disponibilidade financeira, quer isenção de alguns pagamentos, que correspondem com cedências, com apoios, a questão das isenções é um apoio que se dá, não se dá dinheiro físico mas evita-se o pagamento de algo, nomeadamente a isenção das tarifas fixas, das esplanadas, de ocupação da via pública, seja ela qual for ou por motivo de obras. Enfim, uma série de situações que foram contempladas. Depois o senhor Manuel Marciano, relativamente aos clubes, evidentemente que existe um critério de distribuição de verbas para os clubes, que tem a ver com a atividade do clube durante o ano transato, penso eu, mas de qualquer maneira tenho aqui a referência para mandar verificar esta questão do apoio a esta associação. Não é do meu conhecimento que tenha havido alguma discrepância, pelo menos por agora. Relativamente à questão da Carla Madeira, o estacionamento não é abundante, é o mesmo que sempre houve, vamos tentar ultrapassar algumas questões com alguma hipótese que haja para ali, de algum terreno que esteja disponível para que isso aconteça. Tivemos em tempos e trouxe a esta Assembleia Municipal um conjunto de frações no edifício da Vila Magna, onde estava contemplado estacionamento, mas não foi aqui aprovado, de maneira que ficamos por aí. Relativamente ao Tomás Ramos, a questão da via pública, no Cerro da Águia, relativamente à falta de sinalética, quer horizontal, quer vertical vou determinar aos serviços que façam um estudo desta sinalética, para colocação das suas necessidades que haja. O Plano de anti pragas, desbaratização está previsto, já está aqui referenciado, o senhor vereador vai levar essa referência para poderem fazer uma desbaratização nessa zona. Tem sido feito ao longo de todo o concelho. A colocação de contentores de lixo, desde que haja uma deposição de lixo acima da média, normalmente a empresa coloca mais um contentor. Não sei se quer referenciar o sitio onde estes contentores farão falta, mas depois pode-se falar nisso. Relativamente ao senhor Paulo Almeida e às referências que fez à Nuclegarve, relativamente à questão do terreno é uma verdade, o terreno foi comprado pela Câmara Municipal em dois mil e dois, salvo erro, depois foi cedido à Nuclegarve para a



construção da tal aldeia da solidariedade que, por várias razões, agora o histórico disso não vou entrar muito por aí, não foi feito, embora tenha sido lançada a primeira pedra, mas não foi feita nenhuma obra naquele espaço, apenas o pavilhão que lá está. Depois, entrou a crise de dois mil e nove, dois mil e dez e não houve possibilidade da construção da aldeia. E posteriormente, pegamos naquele assunto, há dois anos e tendo revisto o projeto, o projeto já tendo passado uns anos foi da responsabilidade da Nuclegarve, teve de ser revisto, readaptado às contingências quer legais, quer de vivência natural do momento foi revisto, está aqui agora para a Assembleia Municipal aprovar a plurianuidade do investimento, porque sendo em vários anos tem de vir à Assembleia Municipal. Posteriormente abrir-se-á o concurso e entretanto teve de haver uma reversão do terreno da Nuclegarve para a Câmara Municipal. Neste momento o terreno é propriedade da Câmara Municipal, temos em conta que o dono da obra vai ser a Câmara Municipal, posteriormente à execução do equipamento que vai lá ser criado evidentemente que depois haverá uma entidade que vai fazer essa exploração, estando previsto que seja a Nuclegarve, a exploração e a gestão, digamos assim, do equipamento depois de construído. O equipamento tem a ver com lar, centro de dia e jardim-de-infância, pré-escolar e apoio domiciliário. Está previsto um investimento de seis milhões e meio de euros, mais iva. Portanto é um investimento bastante avolumado."-----

Tomás Ramos: "O caixote do lixo em questão é na Rua da Gralheira e tem um número, zero oito nove seis. E queria pedir que respondesse à questão do Orçamento Participativo."-----

Presidente da Câmara: "Acha que faz falta mais um?"-----

Tomás Cavaco: "É daqueles de cento e vinte litros e podia ser colocado um contentor daqueles grandes, uma vez que há sempre excesso de lixo e é incomodativo, porque os animais acabam por espalhar o lixo na rua."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Orçamento Participativo peço à Dra. Ana Pífarro que desse um esclarecimento sobre o ponto da situação."-----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos, relativamente ao Orçamento Participativo deste ano, as sessões públicas estavam marcadas para o mês de Março, foram suspensas por causa do Estado de Emergência. Como fazíamos um Orçamento Participativo presencial estamos, face a esta situação, a adquirir uma plataforma para permitir que o processo possa ser on-line. Esperemos ter o assunto resolvido o mais rapidamente possível."-----



Jorge Jesus: "No fundo é só para esclarecer ao senhor Presidente que a minha questão foi, que medidas preventivas, para, mais uma vez, os executivos não serem reativos ao que já se sabe que vai acontecer nos próximos tempos. Não vão ser fáceis. Claro que conheço o expediente, aproveitou para fazer campanha daquilo que tem sido feito, mas também já deu a resposta. Já sei que o executivo não tem medidas preventivas para os próximos tempos, de enormes dificuldades."-----

Carla Madeira: "Acabei por me esquecer de deixar aqui uma sugestão em relação ao trânsito em volta do edifício da Vila Magna. Naquela parte onde está a oficina, a parte nascente sul, que se fizesse só uma via, em vez de ter duas vias de trânsito, que se fizesse só uma e aproveitasse o lado das moradias para fazer estacionamento. Sempre tínhamos um vizinho menos chateado e a multar constantemente quem lá estaciona, até porque aquela via não tem sentido se fazer dos dois sentidos."-----

Presidente da Câmara: "As conclusões que o senhor Jorge tira são algo precipitadas, mas ficam as conclusões, não vou alterar nada das conclusões que tirou. Mas estão, com certeza, previstas novas medidas, até porque isto é uma situação completamente imprevisível. Sabemos o que vai acontecer, em termos de previsão de dificuldades sociais, com certeza que sim. Temos que reforçar o apoio às IPSS que prestam esse apoio social às famílias, quer individualmente quer em termos de agregado familiar. Ainda hoje fiz uma reunião com dois professores da Universidade do Algarve, para elaborar um estudo, um diagnóstico imediato e propor algumas medidas, para além daquelas que já temos previstas, temos uma série de coisas em andamento. Fica esse pressuposto que não estará nada em andamento, mas pode ter certeza que está, possam não ser necessárias, vamos ter um fim de verão e um outono, inverno muito mau, terríveis, com certeza que sim. Relativamente à questão do trânsito fica a sugestão, muito obrigado vamos ver isso. Na zona do Montechoro, já tinha colocado aqui essa questão para se estudar alguma possibilidade de se fornecer alguns estacionamentos para esse efeito."-----

Paulo Almeida: "Dois pontos para reavivar a memória, dos antigos e refrescar a memória aos novos. A Nuclegarve, o Dr. Rolo sabe, foi comigo ao Governo Civil a Faro, assinar da CEE um milhão de euros a fundo perdido para a Nuclegarve. Outro ponto, toda a escavação que lá está feita para o edifício novo que vai ser feito foi a Nuclegarve que fez e foi a Nuclegarve que movimentou grande parte das terras, não a



movimentou toda porque não conseguiu tirar de lá a terra toda. Isto é só para reavivar a memória a algumas pessoas.”-----

Presidente da Assembleia: “Há uma pergunta que é lançada diretamente ao Presidente da Mesa, mais que ao Presidente da Mesa, ao Presidente da Assembleia do Clube Recreativo de Patinagem Artística de Albufeira, a ARPA, isto é mais de carácter pessoal do que propriamente político, mas direi que passou para a sede do meu escritório porque foi deliberado pela Assembleia Geral dos sócios, já nem sequer é lá, passou para outra sede, também deliberada pelos sócios da referida associação e seguiu a regular tramitação da nomeação, eleição dos órgãos sociais e da sede quando de facto houve um vazio diretivo. Mas, como disse, é outras núpcias, tem a ver inclusivamente, não violando o segredo de justiça, com a denúncia apresentada pelo senhor Marciano sobre esta questão da ARPA e da minha pessoa. Como tal, fica assim a Assembleia a conhecer as considerações públicas que dizem respeito à ARPA e que dizem respeito também ao processo judicial e ao seu autor, que foi precisamente o senhor Marciano o autor dessa denuncia, por encontrar irregularidades, que constam na ata, na associação do qual sou Presidente há dois anos, qualquer coisa assim e, como tal ficam os esclarecimentos prestados, porque certamente era esse o propósito a atingir, não saber qual o propósito de ir para o meu escritório e assim ficamos todos esclarecidos.”-----

Jorge Jesus: “Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, é evidente que o seu discurso é para branquear aquilo que foi dito, portanto, não é uma questão pessoal. Aliás, não tem muito sentido este expediente dos executivos, não é só aqui, presidentes de câmaras serem também presidentes dos bombeiros, estarem envolvidos com clubes. Isto tem a ver com cassicagem de voto, não tem a ver com mais nada. Portanto era uma questão de ética, uma questão de moral, nós alterarmos a forma de fazer política. Já agora era importante saber se foi constituído arguido ou não? Isso é o primeiro ponto, porque se de facto há matéria de facto, em relação àquilo que o senhor Manuel apresentou ou as pessoas são constituídas arguidas. Eu não sei, estou-lhe a perguntar. E por outro motivo, o que foi trazido aqui pelo senhor Manuel, são dados concretos, que em princípio vão ser entregues à mesa. Portanto, se quer entrar neste tipo de debate, de pessoalizar as coisas estamos cá também para responder.”----

Presidente da Assembleia: “O senhor agora confundiu-me. Sim, fui constituído arguido, como disse, senão não corria um processo-crime contra mim, corria um inquérito, sem



arguidos. Pelas palavras do senhor Marciano o clube estava vazio, a questão da casicagem também parece esvaziada, porque só se consegue ter casicagem numa associação quando ela tem membros, ou tem atletas e como disse que estava vazia. Aqui na Assembleia temos liberdade para falarmos sobre o que queremos, como queremos e do que queremos, é a vantagem de vivermos em democracia, mas os pontos têm de ser rotulados para que tenha alguma eficácia e fiquei confuso, como lhe digo. A intervenção foi do senhor Marciano e depois o senhor responde em defesa do senhor Marciano e fala em "nós", mas a posição fica esclarecida, como efetivamente refere ao que refere. O que eu disse está dito e nada mais tenho a dizer, também nada mais sei."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Na última Assembleia tinha feito três perguntas. Uma tinha a ver com o Diagnóstico Social do Concelho, e se já era conhecido quando ia ser publicado? Gostava de saber em que estado está. A segunda tem a ver com o abrigo para as pessoas sem-abrigo num Hostel, se já existe alguma associação passado um mês? A terceira tem a ver com as oitenta e sete famílias que constam no levantamento nacional com as necessidades de realojamento habitacional de dois mil e dezoito e se já existe alguma informação de quantas famílias desse número é que ainda existem por realojar? E a última tem a ver com as cartas da cobrança da água que tenho visto pela internet várias pessoas a queixarem-se de que as cartas chegam tarde e a más horas e que muitas vezes já têm o processo de penhora até? É só ". -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, público em geral, eu gostaria de colocar aqui algumas questões relacionadas com inicialmente algumas promessas que o Senhor Presidente aqui nos fez desde o início do ano que têm a ver com os valores apurados relativamente à questão do fim do ano. Em várias sessões da Assembleia o Senhor Presidente disse-nos que iria fazer este apanhado, que nos transmitiria realmente essa informação e até à data de facto continuamos sem ter essa informação. Por outro lado, é nossa perspetiva que realmente o valor do Summer Fest é um valor referido pelo Senhor Presidente que nos parece relativamente baixo, mas independentemente da questão de ser baixo



entendemos é que o resultado do Summer Fest é talvez parco. Eu digo nesse sentido porque, fazer uma intervenção deste género, gastando duzentos, quatrocentos, seiscentos, aquilo que for e não tendo qualquer tipo de retorno, é algo que não nos parece curial ainda por mais nos tempos que correm. É que o fim do ano, podemos apelidar de ter sido com mais ou menos valor, ou com mais ou menos montante, mas a verdade é que esse fim de ano tem retorno, porque felizmente as pessoas nessa altura poderiam vir a Albufeira, poderiam gastar o pouco que tivessem ou que não tivessem durante os dias que cá estivessem, com o Paderne Medieval e outros tantos eventos que existiam, e portanto havia efetivamente um retorno para o tecido económico de Albufeira. Não se verifica neste momento com o Summer Fest, ou seja, a única vantagem que terão, são os músicos e as pessoas que intervêm e tendo em consideração que até os músicos e as pessoas que intervêm não são locais ou regionais, e portanto são pessoas, penso eu, até de gabarito não digo contrário, mas que na verdade não preenchem nem tão pouco trazem benefício ao tecido económico. Essas são algumas das questões que eu gostaria que o Senhor Presidente por fim nos desse essa informação, que nos desse também informação que ainda não veio relativamente à questão do PDM, continuamos sem a questão de acompanhamento relativamente ao PDM e, gostaria também de colocar aqui a questão relacionada com o valor que foi adiantado dentro das várias medidas que a Câmara Municipal propôs de um milhão de euros para o tecido económico no sentido de ser facultado às várias entidades que assim solicitassem. A questão que aqui se coloca tem a ver com os requisitos serem relativamente apertados, pelo menos é a informação que vou obtendo das várias pessoas e dos munícipes de que esses requisitos são apertados, o valor é relativamente reduzido e portanto saber se há alguma perspetiva no sentido do alargamento não só necessariamente dos montantes mas pelo menos dos requisitos para que eventualmente possam recorrer a estes benefícios. E já agora, uma vez que o Senhor Presidente também referiu, saber se eventualmente há alguma "coisa na manga", no bom sentido, para fazer face à questão futura e há já levantada por alguns munícipes aqui sobre aquilo que possa ser as medidas para o futuro e para a situação de crise que se avizinha. Gostaria só de esclarecer aqui uma situação que foi colocada por um munícipe, penso que já não está, mas gostaria de lhe responder e dizer que não corresponde à verdade que o aeroporto de Lisboa tivesse sido negado, ou aliás, Porto e Faro tivessem sido negados, em detrimento de Lisboa. Eu posso dizer porque acompanhei não só com



a Região de Turismo do Algarve mas também em Lisboa, essa situação é completamente falsa e portanto não foi Portugal considerado infelizmente pelos Ingleses, não percebemos bem porquê; porque por exemplo Espanha foi e nós estamos a ver o que acontece em Espanha mas o que é facto é que isso não aconteceu, os reforços pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e mesmo pela Região de Turismo do Algarve foi levada a cabo no sentido de obter, quer propor de Faro ou mesmo de Lisboa a possibilidade dos Ingleses estarem cá. Essa é outra questão e relativamente à Nuclegarve era só para, até porque vamos falar depois no ponto dois, depois para responder ali ao nosso amigo que se está bem lembrado, numa reunião, numa célebre sessão da Assembleia Municipal em Ferreiras em que o assunto estava em cima da mesa para ser deliberado em que os valores estavam já apurados, estavam cabimentados e por um passe de mágica o Senhor Presidente na altura, e chamemos quem tem efetivamente que ser chamado, o Senhor Presidente Desidério Silva resolveu tirar essa proposta, essa proposta que nunca mais veio. E entretanto houve depois também uma alteração, que foi a alteração de o terreno ter que reverter para a Câmara Municipal quando o projeto inicial não era esse. Mas pronto, são soluções que foram apresentadas e devo aqui congratular-me e folgo em saber que realmente há aqui já uma proposta no sentido de poder avançar e naturalmente abraçaremos essa proposta com todo vigor. Muito obrigado". -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, já quase foram esvaziadas as minhas questões, porque tanto o Francisco como o Miguel já fizeram perguntas sobre elas mas de qualquer das maneiras quero também fazer. Em relação ao montante do Albufeira Summer Live parece-me que precisamos mesmo de apurar o montante real porque nem de perto nem de longe será o montante que o Senhor Presidente aqui disse. Por outro lado gostava de saber qual o intuito da realização deste evento nesta época em que estamos e nessas condições eventuais. Se é para promover a noite de Albufeira julgo que não podia ser feito em pior altura, pois, neste momento como todos sabemos a noite de Albufeira praticamente não existe, não sei se será porque a Câmara Municipal está a querer entrar no negócio do YouTube para ter visualizações, pode ser essa a questão. Tínhamos seguramente melhor forma de investir o dinheiro em prol da população de Albufeira e das suas necessidades mais prementes, com mediadas concretas, assertivas e com plenamente pés e cabeça. Sermos mais pró ativos e não reativos como alguém o disse também, reativos como tem sido a imagem de marca



deste executivo. Esta era uma questão, a outra é a fatura da água. Realmente tem sido uma crítica que eu tenho visto praticamente todos dias, tanto online como na constatação com as pessoas na rua, como é que é possível que o Município de Albufeira não perdoe em tempos de Pandemia, de Lay off, de desemprego como nunca visto nesse concelho, quando ainda por cima as cartas nem sequer estão a chegar a tempo e os serviços estão praticamente encerrados, passando por não atender os telefones, a Câmara começou a enviar dezenas de cartas de cobrança de coimas aos mesmos. Na minha ótica não o deveria fazer, pois não estão criadas as condições mínimas das prestações de serviços aos munícipes para poderem fazer, além de que deviam levar em conta a época em que vivemos. E já agora que estamos a falar de água, penso que foi no executivo anterior se não me engano, a Vereadora Ana Vidigal fez um levantamento dos grandes devedores de água à Câmara Municipal de Albufeira. Portanto gostava também de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se, em relação a essa lista dos grandes devedores de água ao município se já se conseguiu recuperar algum dinheiro e quanto? É só".-----

Adriano Ferrão: "Boa noite Senhor Presidente, boa noite mesa, boa noite Senhores Membros da Assembleia Municipal, público em geral. Sendo que se está, enfim, estamos agora a atravessar o mês de Agosto, geralmente é um mês que até nem costuma existir, não se costuma realizar Assembleias Municipais, eu enfim, achei que era oportuno fazer uma certa consideração e algumas observações sobre o que tem sido o trabalho deste executivo durante estes meses da pandemia. Chamei-lhe mesmo "Em Tempos Difíceis da Pandemia um Executivo que não se Cansa". (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)".-----

Helena Simões: "Boa noite. Eu acredito que efetivamente alguém responderá à questão levantada relativamente ao que concerne o investimento no Summer Fest, no entanto eu recorro que nós somos um destino turístico por excelência, recorro que não obstante estarmos a viver uma situação pandémica que impede muitos dos turista que gostariam de nos visitar, nos visitarem. Nós temos uma marca que temos de manter, e essa marca inevitavelmente, invariavelmente exige investimento, exige despesa, até para que possamos acudir aos Albufeirenses, porque recordemos, muitos dos Albufeirenses que vivem do turismo direta ou indiretamente. E é diário, é sistemático. Ouvi relatórios de comerciantes na Baixa, na Oura, que abrem os seus estabelecimentos e passam dias a fio sem que consigam faturar nada. Era a função



deste executivo tentar fazer algo que pudesse permeabilizar, algo que de uma forma mesmo que não fosse no imediato que a médio e longo prazo mantivesse o nome de Albufeira no círculo turístico. Recordemos que se calhar seria uma função da RTA, quando a RTA tem um orçamento de oito milhões por ano, setenta e cinco por cento desse orçamento é gasto com pessoal, sim com pessoal, o que resta apenas dois milhões para investimento turístico, para investimento de promoção para que depare eventualmente novas zonas, novas rotas. Uma vez que o Estado Central não o faz, infelizmente este município teve que suplantar as lacunas e tentar de alguma forma manter o nome de Albufeira na guerra. Como se não bastasse isso, estas não é a única área em que muitas das vezes o município está a fazer a função do Poder Central. Pelo que, obviamente no imediato poderá ser discutível se há retorno ou não, uma vez que a promoção é feita on-line, é digital, no entanto não nos esqueçamos do poder que hoje em dia as redes sociais têm, os "influencers" têm, que muitas das vezes se consegue promover destinos, apenas e só, pelas redes sociais. Pelo que, não me parece até ao momento, pelo menos até ao momento os valores afiançados não me parece que seja de todo descabido pelo menos para manter a marca Albufeira, porque a pandemia com certeza irá passar e nós de certeza estaremos cá para os acolher". -----

Segunda Secretária - Emília Sousa: "Eu gostaria só de colocar aqui uma questão, creio que já foi levantada, relativamente às faturas da água. Gostaria de fazer aqui, apenas pormenorizar, o porquê de algumas situações anómalas e que creio que os contribuintes têm vindo a reclamar. E gostaria se possível, saber, de que forma é que irão tentar resolver essa situação nomeadamente nas faturas em que no mês de Março foram cobrados valores irrisórios, eu passo a citar; à volta de oito euros, porque não eram cobrados os consumos, e no mês de Abril, vieram essas mesmas faturas cobrados os valores do consumo em duplicado ou triplicado porque, digamos que, o valor da faturação relativamente ao consumo aumentou, e de facto houve pessoas a pagar quarenta e cinquenta euros de fatura quando deveriam ter pago se calhar metade. Eu gostaria de saber se, há alguma solução e qual é a forma dos contribuintes serem reembolsados desses valores, porque uma vez que essa fatura, ao cobrarem o valor do referido consumo da água irá aumentar a tarifa devido ao volume que é consumido. Portanto não só o valor do consumo habitual mas esse valor aumenta em duplicado porque consumiram o dobro, ou seja, a volumetria. Se têm alguma resposta para dar aos contribuintes? Como é que irão fazer para o reembolso dessa mesma faturação



cobrada em excesso pela volumetria que foi consumida que ao fim ao cabo deveria ter sido repartida no mês anterior quando não foi cobrada porque, os serviços não fizeram a devida leitura? Era só esta questão que queria colocar, obrigada". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente aqui em relação a algumas questões vou deixar para as Senhoras Vereadoras, nomeadamente a parte Social e a parte relativamente à cobrança da água. Relativamente à parte Social ainda assim adianto que aqui a questão colocada pelo Miguel Pinheiro, embora, as outras questões deixo para a Senhora Vice-Presidente Ana Pífarro. Relativamente à questão dos Sem-Abrigo o local ainda continua no Hostel, estamos em verificação da possibilidade de aquisição de um espaço para ficar municipal por forma a mantermos enquanto houver possibilidade de isso acontecer, mantemos esta questão dos Sem-Abrigo. Quer dizer que este projeto, este processo dos Sem-Abrigo em Albufeira foi considerado por imensas pessoas a nível do país um projeto inédito, coisa que não acontece praticamente em lado nenhum, tanto que a Senhora Ministra teve de visita ao cento dos Sem-Abrigo, Senhora Ministra do Trabalho e Solidariedade - Ana Mendes Godinho, esteve também de visita aos serviços o Senhor Presidente da República a meu convite, já foram alvo de várias entrevistas na televisão, nomeadamente num programa de Sociedade Civil da RTP2. Portanto há aqui um interesse exterior neste projeto, se os Albufeirenses não o valorizam, alguns deles pelo menos, o problema já não é nosso. Agora o objetivo deste projeto é não apenas dar banho quente ou uma refeição numa determinada noite, seja ela de Natal ou outra qualquer e polos de seguida na rua outra vez. Não, o objetivo não é esse. O objetivo é angariar as pessoas que vivem sem condições na rua ou em situações que não são razoáveis, tentar que eles se desloquem e cumpram as regras, aceitem as regras que são impostas naquele espaço pela equipa, uma equipa que é liderada pela Associação CASA. E depois posteriormente, se fará o devido encaminhamento, cada um da sua forma depois de feito o diagnóstico, depois feito algum tratamento, algum acompanhamento médico, acompanhamento psicológico, psiquiátrica, enfim, toda uma reeducação digamos assim e podem crer que já temos ali variadíssimos exemplos, vários exemplos de sucesso. E eu costumo dizer nem que fosse apenas um já era suficiente. Portanto quando se diz que o Município de Albufeira anda em reação, é reativo àquilo que os outros fazem não é verdade. Desculpem lá, isto não é verdade. Não é verdade de todo, mesmo. Não é mesmo verdade. Portanto, evidentemente que as medidas foram todas tomadas, relativamente ao fundo há poucos municípios que o



fizeram, relativamente à testagem dos Profissionais de Saúde, dos Bombeiros que há pouco esqueci-me de referir, dos Membros da Cruz Vermelha, da Proteção Civil, da Guarda Nacional Republicana, da Autoridade Marítima, foram testados a custos da Câmara no início, passado um mês, à volta disso, no início deste processo para se salvaguardar e para transmitir segurança às pessoas com que eles conviviam, e daí resultou um ou dois positivos. Dois positivos dos elementos destas áreas que referi há pouco, e ainda bem que isso aconteceu, foram detetados, que eram assintomáticos. Se não tivessem sido detetados na altura de certeza que teriam transmitido a outras pessoas, a muitas outras pessoas a infeção. Diria, quanto mais não fosse, independentemente de poder aqui esquecer-me de algumas medidas que foram tomadas, mas podem ter a certeza que não foi reativo. Pois evidentemente que há situações que são semelhantes em todo lado, sejam aqui, seja Albufeira, seja noutra qualquer, nem tudo tem que ser diferente de tudo e mais alguma coisa, enfim. Nós fomos dos primeiros Municípios a desinfetar a rua, tanto que recebi várias chamadas de Presidentes de Câmara do resto do país a perguntar-me o que é que estávamos a aplicar na própria rua. Independentemente de ser eficaz ou não ser eficaz o produto usado, que era, veio-se a notar que era. Depois posteriormente é que houve aí algumas dúvidas sobre isso, hidróxido de hidrogénio ou uma coisa parecida. Isso aí, tudo isso são situações que decorreram em Albufeira e não foi noutra qualquer município. Relativamente aos valores apurados do volume de quanto é que foi do fim do ano que o Francisco Oliveira aqui referiu, pois eu penso que já falei várias vezes nisso mas de qualquer das maneiras vou trazer novamente e informar a Assembleia dos custos do fim do ano. Os serviços têm isso e o mesmo se passa com o Summer Fest, com o Summer Live. O Summer Live independentemente de se achar que o investimento não é suficiente para promover Albufeira, são formas de ver, são prismas diferentes de observação, o que é certo é que certamente quantas visualizações não foram feitas? Foi uma quantidade enormíssima, aliás nas duas primeiras sessões, só houve duas, uma a dezassete e outra a trinta e um salvo erro, pedi já um relatório referente a essas duas primeiras que depois podemos trazer aqui. Conforme alguém disse há pouco não é a questão da promoção que tem de ser feita, não é feita pela Região de Turismo porque não tem verbas para isso, praticamente todo o dinheiro do seu orçamento que recebe do Orçamento Geral de Estado é consumido com despesas correntes, nomeadamente são pagamento a pessoal e sobra pouco para a promoção.



Dentro da promoção, dentro das possibilidades de promoção, nesta altura têm de ser feitas as promoções através das plataformas eletrónicas. Evidentemente não há outra forma de o fazer, todas as feiras turísticas suspenderam-se ou adiaram-se, principalmente a suspensão que foi a figura que mais proliferou a nível mundial praticamente, não houve praticamente feira nenhuma este ano, não sei se haverá agora uma em Outubro na Holanda salvo erro, mas muito a medo ainda, há muitas circunstâncias que dizem que não deveria ser feito. Portanto esse investimento feito no Summer Live penso que é um investimento com retorno, com retorno não imediato, com certeza que não poderá ser imediato mas são imagens vista e visionadas em qualquer parte do mundo. Temos recebido mensagens, e eu já pedi no meu gabinete para se fazer um relatório destas duas mas com excertos de mensagens que outras pessoas de outros locais do planeta dizem depois de ver os programas, portanto isso quer dizer alguma coisa. Obviamente, com certeza será difícil dizer se os duzentos mil euros ou os duzentos e pouco mil euros dará para trazer quinhentos mil ou seiscentos mil, é difícil, claro que não é uma relação que cause efeito imediato, claro que não é. Relativamente ao valor de um milhão de euros, esse processo chegou agora ao fim a trinta e um de Julho, está em avaliação e para a semana vai haver uma reunião para se fazer uma análise de todas as situações que não foram contempladas na hipótese de encontrar novas formas de apoio daqueles que não puderam ser contemplados por esta medida, vamos ver o que se poderá fazer nesse campo. Relativamente ao PDM não tenho mais informação neste momento, posso depois ver. Relativamente à questão Social, nomeadamente o Diagnóstico Social do Concelho, realojamento e a parte habitacional eu pedia à Doutora Ana Pífaros para se deslocar aqui". -----

Vice-Presidente: "Respondendo à questão, o último "Diagnóstico Social do Concelho", data do ano de dois mil e treze está a ser revisto atualmente pela equipa da Ação Social em parceria com uma entidade externa que foi contratada para nos auxiliar. Relativamente à parte habitacional existe também em elaboração "Estratégia Local de Habitação" que já devia ter sido apresentada e que não foi por causa do estado de emergência. Tenho reunião com a empresa que nos auxiliou nesse diagnóstico para a semana e depois aí penso que poderemos pensar em agendá-la para reunião de câmara e para a apresentação pública. Neste momento acho que não posso avançar muito mais porque os dados ainda não estão fechados". -----



Presidente da Câmara: "Ainda não está terminado, falta aqui a questão relativamente às faturas da água e às cobranças feitas nos últimos tempos. Evidentemente que essas cobranças são, algumas delas são, os casos são completamente diferentes uns dos outros. Algumas delas são reais, são legítimas, são perfeitamente lógicas e provavelmente justas. Haverá uma ou outra eventualmente que possa ter alguma razão de queixa e por várias razões; uma delas por as cartas não terem chegado em tempo oportuno. Sabe-se que os correios, os CTT não tem feito a distribuição dos correios com tempo, não só no concelho de Albufeira mas ainda há dias vi uma notícia quase semelhante a esta, àquilo que aconteceu aqui relativamente às faturas da água, eletricidade e não só, da Câmara do Município de Ovar, aconteceu precisamente praticamente a mesma coisa. Evidentemente todas essas e adiantando já aqui alguma coisa sobre isso, todas essas possibilidades de reclamação que as pessoas tem de reclamar aquilo que pagaram ou aquilo que terão que pagar com certeza terá que ser ou deverá ser, se houver razão para tal, se for devidamente sustentado, tem de ser sustentado, não podemos só por uma razão aqui de ânimo leve devolver dinheiro ou devolver ou entrar em crédito para novas faturas dos próximos meses. De qualquer das maneiras para entrar em mais pormenores eu pedia à Senhora Vereadora Cláudia para poder explicar em pormenor esse assunto". -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, obrigada Senhor Presidente. Relativamente à questão das faturas das águas eu penso que, penso não, cabe-me a mim fazer uma explicação apesar de que, relativamente a este assunto são muitas as razões pelas quais as pessoas estão a reclamar, contudo, penso que me cabe fazer uma explicação sobre o que se passou durante estes meses relativamente a esta questão. De acordo com o que fui ouvindo aqui, foi preocupação do executivo relativamente a esta questão das águas há minha responsabilidade termos uma atitude de preocupação, de prevenção e não de reação. E a partir do momento em que foi decretado o estado de emergência, passou a calamidade e atualmente de alerta, foi uma preocupação realmente a questão das águas. E daí em conjunto com todas as outras medidas que tomámos, pensámos nas formas mais fáceis de ajudar as pessoas durante este período, pensando na questão económica, pensando nas dificuldades de mobilidade, nas faixas etárias, pensámos como chegar às pessoas para nos ajudarem também a nós tendo em conta que de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde e conforme vocês sabem da legislação apresentada pelo Governo, nós todos tivemos que seguir esse



caminho. Então como fazer? Como fazer tendo em conta que, e queria referir isto aqui, o Serviço das Águas, o Serviço Administrativo da Águas no Pátio nunca esteve absolutamente em teletrabalho. Esteve lá sempre um grupo de pessoas que foi alternando semanalmente e dando resposta às dificuldades que foram surgindo durante este período difícil para todos. Nós tínhamos que arranjar maneira de comunicar com as pessoas para além das cartas que vão através dos CTT e como todos já percebemos houve dificuldades e continua a existir dificuldades também em consequência desta pandemia e não são só as empresas públicas a passar por estas dificuldades, as privadas também. E contando com isso considerámos que tínhamos que transmitir às pessoas as formas de resolver várias questões. Optámos pela isenção, a nível financeiro dar uma ajuda durante este período e na realidade foram isentas as taxas fixas durante quatro meses e como claramente as leituras não iam ser feitas como normalmente, fizemos várias comunicações, duas delas em Março e Abril nos sites da Câmara, fizemos nota de imprensa, fizemos nas páginas do Facebook e no carro que circulou em Albufeira durante este período tinha inclusive uma mensagem e nos mupis na cidade também com o email, com os contactos e com o email para que as pessoas durante este período fossem elas próprias mandando a leitura dos contadores, justamente para evitar que futuramente acontecessem estimativas e complicasse a vida aos munícipes. Durante este período fomos passando estas informações, colocámos os emails à disposição, o email geral, o email do atendimento para quê? Para que se surgisse alguma dificuldade as pessoas, mesmo que não atendesse o telefone, e o atendimento na realidade não vamos esconder isso, tem sido difícil, mas houve outros meios de comunicação durante este período. Posto isto, incluindo a linha que tem estado disponível sempre vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas e nós registamos o problema das pessoas, o, oitocentos, duzentos e dezanove, duzentos e oitenta e nove, e que nós tentamos depois dar uma resposta o mais célere possível ao munícipe. Durante este período também e porque a nossa fatura tem no canto superior direito um resumo e nesse resumo está lá sempre o valor da fatura anterior, se a pessoa realmente pagou ou não pagou e depois a fatura recente. Se estivermos atentos a isso, mesmo que não tenhamos recebido por exemplo a de Março, certamente nas seguintes, e pode também surgir, o caso que não tenham recebido nenhuma e na eventualidade de não terem recebido nenhuma foram muitos os emails, e não receberam por duas razões; uma delas é que realmente há um problema com os CTT,



mas há outra questão; as pessoas que não tiveram consumo durante estes períodos não houve fatura, a fatura não foi, portanto não tinham nada por pagar. Houve muita gente, muitos munícipes que mandaram imensos emails, e digo isto porque tem sido respondido por email, tem sido respondido por ofício porque eles têm passado por mim, a questionar porque é que não receberam as faturas. E quando a pessoa questiona, e volto a dizer, os serviços estiveram sempre a funcionar e digo isto com toda a certeza porque estive lá, estive durante este período todo no ativo junto com eles, não foi só na Proteção Civil como se possa pensar, e presenciei, assisti e muitos de vós também conhecem pessoas que trabalham lá naqueles serviços e que dão o corpo, a alma por esta casa. Portanto eu digo isto de formas emocionada mas justa, eles têm trabalhado muito por nós, e eu com a responsabilidade e a dar a cara para o bem e para o mal estou a qui para qualquer questão que seja pertinente e que vocês entendam em me comunicar. Pode haver falhas, não são perfeitos, eu não vou dizer aqui que todo os emails foram respondidos ou estrão a ser respondidos, mas contudo, o esforço tem sido esse. Relativamente às questões que foram aparecendo no Facebook, eu confesso, vou usar assim um termo invulgar mas vou dizê-lo, eu não sou fã, não sei trabalhar pelo Facebook, não é essa a minha forma de estar no trabalho e não tenho tempo, confesso, mas consegui chegar a algumas pessoas que realmente fizeram publicações e fiz questão de falar eu com elas, assim como tenho recebido dia a dia e vou continuar a receber todas as pessoas que estão com dúvidas, com problemas e como o Senhor Presidente disse e bem, vamos resolver tudo o que não correu bem, porque como é evidente há muita coisa que não corre bem nesta grande empresa. Muitas pessoas que reclamaram foram por diversas razões, foi simplesmente porque, as primeiras execuções fiscais, e depois já chego á questão das execuções fiscais, que saíram referem-se a Janeiro, Fevereiro, a Março e Abril, mas há aqui uma questão; durante este período e por ordem do Governo ficaram suspensas todas as cobranças de dívida até dia trinta de Junho. O que é que pensámos? Não podíamos continuar a fazer cortes de água mediante o problema que tínhamos, então pensámos, temos que suspender os cortes de água. Automaticamente ao suspender o corte de água, tínhamos todas as informações na rua, o aviso de corte não saiu. Nem poderia sair, assim como ainda não saiu, porque independentemente do governo ter levantado no dia trinta de Junho a medida, eu fiz novo despacho para dar mais um mês, realmente para, aqui entra o que há pouco foi dito, é um trabalho delicado, por um lado queremos



manter como estamos a manter e não deixar aumentar as dívidas mas por outro temos um problema social que realmente temos que resolver e é resolvido com as medidas que também estamos a implementar e já tínhamos, o tarifário social, os pagamentos prestacionais sem juros e todo o apoio que nós estamos a tentar dar às pessoas que têm dificuldades e que chegam até nós, e que têm problemas em liquidar. Por isso não foi feito ainda o corte da água, relativamente a essa questão, porque também não vamos poder continuar assim para sempre porque há pessoas que não podem pagar mas há os que podem. Relativamente a esta questão, quando se aproxima o mês de Junho, eu própria, falei com os Serviços de Execução Fiscal, não estão na minha alçada mas preocupada com a questão na eventualidade de alguém não ter pago por N razões, alertei essa questão. Essa questão foi falada depois com o Senhor Presidente, temos estado a ver a melhor maneira de resolver, mas há aqui uma questão e só para terminar, que é; muitas pessoas não receberam faturas e não deram sinal para nós podermos ajudar a resolver. Se existir alguma questão, algum email, alguma resposta, isto porquê: porque houve "N" situações diferentes nomeadamente, das que foram publicadas, ou as pessoas por sinal, por azar, por "N" razões ou por dificuldades não tinham dinheiro na conta, foi devolvido, e depois posteriormente vão entrar em contato connosco. Se houve alguma situação que a carta não chegou e questionaram estes serviços e não houve resposta, pois cá estarei para responder, para o município fazer a respetiva reclamação e com certeza que dará resposta e que devolverão o montante a que diz respeito. Penso que mais ou menos fiz uma explicação do que se passou durante estes meses. Relativamente só responder à Emília, é assim; o sistema é automático e através do consumo automaticamente muda de escalão, mas isso é uma questão do sistema que é uma questão que também podemos ver de futuro e estamos a analisar em conjunto com outras preocupações que daí resultam". -----

Pedro Coelho: "Boa noite a todos. Estas, duas partes do debate leva-me aqui a duas questões que gostaria de colocar porque julgo que é oportuno continuar a aprofundá-las. E a primeira delas é exatamente a prestação de contas Municipal neste domínio, o que se podia chamar *lockout contability* dos eventos. Essa matéria tinha sido já abordada logo após a passagem de ano, quando nas Assembleias normais de aprovação dos procedimentos ouve dúvidas sobre o montante global da passagem de ano. Global em toda a sua latitude do evento, não é só num determinado, se é o concerto ou se é os fogos, todo o evento. E há data de Janeiro essa matéria foi aflorada e foi de alguma



forma no debate, aceite, que era preciso fazer exatamente um relatório que demonstrasse os custos, a estrutura de custos daquele evento e os impactos positivos, ou negativos, ou a melhorar do evento. Passado este tempo, esse relatório, como insisti na Assembleia anterior, não apareceu, há agora novamente o valor dos setecentos mil, na altura falava-se em oitocentos mil, bom, não se sabe novamente se o valor é setecentos, oitocentos ou é outro. E esta questão agora torna-se ainda mais premente porque temos outro evento agora como foi já aflorado em intervenções anteriores, que novamente coloca-se dúvida se o valor é o que é. A mim porque faço parte desta Assembleia vieram-me questionar se era duzentos mil por sessão que era isso que tinham ouvido falar. Se é duzentos mil por sessão se é duzentos mil pelo evento todo? Fica a dúvida. E até por uma questão que foi à pouco aflorada mais uma vez o impacto do evento. Afinal para que é que serve o evento? E essa matéria é importantíssima que a Assembleia detenha essa informação mas também todo o público em geral, incluindo os munícipes que possam ter essa informação. Porque, num cenário de crise onde as crises sociais se agravam estas questões são facilmente jogadas num domínio mais genérico, podemos chamar-lhe o *culturismo*, ninguém tem mais a ganhar com este tipo de debate, nem tem o executivo, nem tem a oposição nem tem nenhum dos presentes nesta casa. E só com a informação prestada pelo executivo em todos os seus domínios é que essas questões podem ou não ser colocadas. Porque se eu bem vi, ou assisti, ou consegui interpretar de muito do que aqui foi discutido em algumas intervenções, acho que é claramente essa desconfiança que estava a ser colocada, nomeadamente do público. E julgo que isso não enobrece toda a nossa presença aqui e acho que é de elementar importância que esses elementos apareçam, nomeadamente até para responder à questão que foi colocada se o evento afinal é positivo ou não para o modelo do turismo que temos, sem discutir o modelo de turismo, porque essa é outra matéria que se calhar teremos que fazer após esta época alta. Porque o que estava a referir a Deputada Helena é exatamente a corroborar que era necessário ter visualizações, é necessário divulgar o destino Albufeira naquela forma. E eu interpreto que aquela forma é através da animação noturna. Mas será que o destino Albufeira precisa de mais animação noturna? Não sei se precisa. Será que a animação noturna é assim tão compatível com o contexto pandemia que vivemos? Foi fácil ver o que é que aconteceu quando os Holandeses chegaram cá. Primeiro, não tínhamos animação noturna, quando chegou animação não tínhamos medo do vírus. Bom, este dilema é preciso também



saber trabalhá-lo e perceber se esta questão está a acontecer em todo o destino Algarve ou está a acontecer mais concentrado em Albufeira. E aí levamos a outra discussão que não vamos ter agora que não há tempo, o Presidente da Assembleia a dizer que o tempo está a terminar e bem, a que, vamos ver quantas baixas, quantos centros de cidade estiveram vazios como Albufeira teve em pleno Junho. Vamos ver, e se calhar Albufeira é um caso isolado. E essa matéria é importante definir aqui um modelo territorial, um modelo de gestão, de destino e da cidade, e essa matéria vamos ter que também abordar na devida altura e que não é em plena época balnear que o fazemos. Por isso queria apelar exatamente à necessidade de ter um documento solido sobre a passagem de ano e sobre este evento que esta agora a decorrer para perceber toda a sua latitude. Por fim um segundo ponto: é quanto às respostas sociais e aproveitamento já que estou aqui no uso da palavra para referir essa matéria. Obviamente elas têm de ser várias, o executivo tem feito algumas, há-de ter outras em carteira como o próprio Presidente referiu, mas não deixava de dar aqui uma nota sobre uma questão a nível alimentar que tenho observado e que julgo que seria interessante partilhar e apelar que Albufeira entrasse. Há obviamente associações no concelho que dão apoio alimentar às famílias carenciadas mas também há uma associação que trabalha neste domínio que é o ReFood, que até num contexto mais, digamos, se fossemos buscar alguns conceitos ambientais trabalha no domínio da economia circular, que têm tido forte presença nessa matéria e que em outros concelhos têm atingido o número agora de pessoas que ocorrem a esses serviços têm triplicado. E essa associação não está presente em Albufeira porque ainda não conseguiu encontrar um local físico para se instalar, e é esse apelo que deixo aqui ao município, ao Senhor Presidente, porque julgo que há instalações com capacidade de instalar uma associação deste género para que nesta época baixa onde a crise económica e alimentar se vão vincar haja mais soluções para os munícipes que estão em dificuldade". -----

Presidente da Assembleia: "De todo fazia sinal. Hoje extravasámos aqui o que eram os trinta minutos e já vamos em cinquenta, mas as questões foram longas, as respostas também teriam que o ser e portanto peço que na próxima Assembleia os intervenientes tenham a noção efetivamente que o tempo que temos é trinta minutos porque depois atrasa todo o resto da ordem de trabalhos". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão das contas prestadas ou não prestadas segundo consta neste caso, relativamente às contas da passagem de ano e



Albufeira Summer Live dois mil e vinte, independentemente do gasto ser eficaz em termos de promoção turística e da sua possibilidade de retorno, como já disse isto não é uma questão linear, não é uma questão de causa/efeito, tudo isto como já disse à pouco e não vou repetir-me, tem efeitos bastante positivos alguns deles, não quer dizer que não haja um ou outro que possa ser negativo e não possa ser apanhado como não tenha a eficácia necessária, mas enfim, é tudo assim. De qualquer das maneira podem crer que o relatório desta Summer Live das duas primeiras sessões está a ser feito e na próxima Assembleia trarei aqui os relatórios das duas questões já aqui levantadas. Relativamente à questão; se há resposta no campo alimentar relativamente ao ReFood, já tive uma reunião com a entidade, com as pessoas que estão nesta associação, manifestar precisamente a necessidade de ter umas instalações que permitam este tipo de prestação de apoio e de serviço e que evidentemente que o Município de Albufeira não é um Município que tenha muito património. Uma dessas instalações peço perdão pela repetição, era precisamente um daqueles espaços da Vila Magna que aqui não foi aprovado, ficou adiado, estamos à procura de novas instalações, ver o que é que é possível, não é tudo assim tão possível. Quero ainda referir relativamente à questão já aqui levantada por várias pessoas, da água, e só quero dizer isso, só quero falar mais alguma coisa na água porque tem sido muito badalado nas redes sociais e ainda bem que a Vereadora Cláudia fez aqui uma explicação, penso eu, muito clara e objetiva e profunda dos pormenores que aconteceu e quero-vos garantir que, caso se verifique e nós temos de assumir de vez em quando que também podemos cometer erros, qualquer ser humano comete erros, e se houver erros da nossa parte, entidade pública, Câmara Municipal dos nossos serviços, dos nossos procedimentos relativamente à cobrança daquela fatura, podem ter a certeza que esse dinheiro é todo devolvido ou entrar em questão de crédito para as faturas próximas. Portanto nada disso foca por fazer podem ter a certeza absoluta disso. Ninguém se se verificar que alguma fatura foi cobrada indevidamente, como já disse no princípio da minha intervenção, por uma razão ou por outra, por razões alheias ao próprio munícipe, próprio consumidor, podem ter a certeza e garanto-vos que está a ser tudo revisto e baseado nas reclamações das pessoas nós vamos analisar caso a caso, os serviços analisam caso a caso todas estas situações e será devolvido. O que não merece a pena é todo este, digamos, entre aspas desculpe a expressão "espalhafato" que se cria às vezes à volta de coisas que não se sabe muito bem do que é que se está a falar, o que é



que se está a escrever, porque cada caso é um caso completamente diferente do outro. Há casos de pessoas que não tinham o dinheiro na conta, há casos de pessoas que não receberam a carta, há casos de pessoas que têm a morada noutra lado e não foram levantar, mas porque depois à uma reclamação, há duas reclamações e toda a gente cai nas reclamações, no devido direito mas se calhar no local menos próprio. Se calhar local próprio seria realmente o município onde seriam dadas com certeza as explicações e a Vereadora já aqui falou nisso, que recebe toda a gente para dar as explicações plausíveis a essa situação. Portanto podem ter a certeza que nada ficará por resolver em termos de injustiça, se houver questões injustas, questões que não sejam reais em termos de pagamento. Portanto é só". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: "Nós recebemos também uma comunicação dirigida à Assembleia Municipal por parte do Professor Pimpão e eu queria deixar aqui publicamente o prazer que foi trabalhar com o Professor Pimpão, quer no âmbito da Associação das Assembleias Municipais bem como na AMAL, na intermunicipal. E deixar-lhe efetivamente o agradecimento pelo trabalho que ele prestou e deixar-lhe também aqui um abraço de amizade e de gratidão pela forma como sempre com ele lidei e ele comigo. Não podia deixar de fazê-lo aqui, já o fiz pessoalmente, ou seja, via telefone mas acho que se impunha aqui uma questão mais institucional. Vamos passar à Ordem do Dia, perdoem-me, só antes uma questão prévia, porque houve um munícipe que pediu a palavra como repararam no âmbito das intervenções dos Membros da Assembleia Municipal eu pensei que tinha sido claro e posso não o ter sido. O senhor, o munícipe terá saído chateado mas uma coisa é certa, há períodos que são da intervenção do público que os Membros da Assembleia não intervêm e há períodos que são dos Membros da Assembleia onde o público não pode intervir porque já estamos propriamente no trabalho da Assembleia Municipal. Pediu a palavra na questão relacionada com a água certamente e não lhe foi dada por esse motivo, não por uma questão de discricionariedade mas uma questão de regras de funcionamento da própria Assembleia Municipal. E daí eu ter dito que se terminava o período de intervenção do público e entrávamos no período de intervenção dos Membros da Assembleia Municipal.



Feita esta ressalva porque não reparei, a Senhora Secretária chamou-me à atenção que o senhor teria saído chateado, pois são as regras e portanto nós vamos cumprilas". -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 14-05-2020 e 01-07-2020; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 14-05-2020:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Pedro Coelho, Hugo Aires, Rui Gago, João Guerreiro e Nuno Lisboa, pelo que não votaram -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 01-07-2020:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Renato Pimenta, Hugo Aires, João Guerreiro e Nuno Lisboa, pelo que não votaram -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro,



conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Construção de Quarenta Fogos em Paderne", pelo preço base de 3.898.000,00€ +IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente é uma questão muito simples, aliás duas questões. A primeira questão, portanto se está a falar de quarenta fogos qual a tipologia dos fogos e que tipo de habitação será construído? Tem vindo a ser falada a possibilidade de habitação social a custos controlados, efetivamente qual é definição que estes quarenta fogos irão ter? E por outro lado, vejo aqui um valor de cerca de quatro milhões de euros mais IVA e fazendo a divisão pelos quarenta fogos dá-nos um valor médio cerca de sessenta e seis mil euros por fogo. Ora para habitação social digamos que é um valor alto, para outro tipo de habitação eventualmente poderá não ser mas gostaríamos do esclarecimento do Senhor Presidente. Muito obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Essas questões dos valores de construção eu pedia à Senhora Vice-Presidente ou ao Senhor Engenheiro Valdemar que esclarecesse". -----

Vice-Presidente: "Relativamente à parte do valor eu vou deixar para o engenheiro Valdemar. Relativamente ao que se pretende, eu já tive oportunidade de dizer mais do que uma vez, tanto na Assembleia como na própria Reunião de Câmara, não se trata de habitação a custos controlados porque senão este não seria o procedimento, também não se trata de habitação social porque, pelo menos não é intenção deste Executivo que aquelas casas sejam colocadas a concurso nos termos da legislação para habitação social. Se bem que a obra como devem calcular não vai terminar neste mandato por isso caberá a quem depois fizer tomar essas decisões, na opinião daquilo que são os técnicos da Ação Social e deste Executivo a esmagadora maioria daquelas frações devem ser colocadas a concurso através do regulamento da renda convencionada que se destina essencialmente a uma classe média e não à classe que habitualmente consegue ter acesso a casa de habitação social que será uma classe social baixa, com rendas como o próprio nome diz, acessíveis e que dependendo podem haver concursos dentro do próprio concurso, ou seja, alguns fogos serem destinados apenas a jovens até determinada idade, a alguns fogos serem destinados a pessoas a partir de certa idade, tendo em conta que se trata de quarenta fogos. No âmbito desse regulamento que foi



aprovado, se não se engano o ano passado, existe uma variedade de situações que se podem fazer e eu acho que esse deve ser o caminho a seguir, porque dessa forma pode-se dar resposta à classe social que tem dificuldade de aceder áquilo que é o mercado privado de arrendamento mas que também regra geral é excluído dos concursos de habitação social por exceder a estatística económica por já viver em condições de habitabilidade consideradas úteis. Porque a maior parte das pessoas que conseguem ter acesso a uma habitação social, um dos critérios que atribuem mais pontos é o facto de viverem em casas, em habitações, ou nem sequer viverem em habitações que tenham os critérios de saneamento, nomeadamente casa de banho, cozinha. E a intenção deste Executivo é exatamente passar para um outro nível, aliás, eu penso que no Algarve não existe mais Município que tenha um regulamento, que possa atribuir casas através da renda convencionada. Nós também ainda não o pusemos em prática, foi à última Reunião de Câmara a decisão da abertura do primeiro concurso, esperemos que seja lançado no mês de Setembro para atribuição de oito fogos na Freguesia de Ferreiras. Relativamente aos custos de construção eu pedia a colaboração do Engenheiro Valdemar". -----

Engenheiro Valdemar: "Muito boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e público, a todos, muito boa noite. Relativamente ao preço base para a construção de quarenta fogos em Paderne tenho a dizer que o preço foi de acordo com o resultado dos concursos anteriores, portanto e face aos concorrentes que tivemos a outros concursos grandes. Lembro-me nomeadamente que ficamos com dois concursos desertos que atrasou todo o processo cerca de seis meses nos outros dois concursos e este concurso foi com base nos preços que já foram dados para outras empreitadas que entretanto tiveram adjudicatário, felizmente. Podemos pensar que poderá ser um valor alto, cerca de quatro milhões para quarenta fogos, são números muito redondos mas podem também os senhores aferir no mercado que cento e três em média, estamos a falar em T2 e T3, em média o preço de construção para cento e três mil euros por fogo já com IVA. Pois os senhores com certeza que não conseguirão encontrar no mercado, cento e três mil euros um T3 em média, está o T2 que é um pouco mais barato mas acho que é um preço muito bom. Certamente que a Câmara vai construir mais barato, porque esse é o teto máximo, portanto a Câmara vai ainda, esse valor vai ao mercado e ainda baixará com certeza, só não queremos correr riscos de o



concurso ficar deserto e que as pessoas continuem na rua sem casa porque como parece estas quarenta casas nem sequer chegam para os necessitados em Paderne ou no concelho. O número de T2 são vinte T2 e vinte T3 o que faz então os quarenta. Penso que é um projeto que vai beneficiar os munícipes de Albufeira". -----

Francisco Guerreiro: "Boa noite a todos. Habitação Social, afinal isto não é habitação social, se bem que eu percebi isto. Isto é habitação para pessoas de média classe, portanto não vamos resolver nada em Paderne neste caso. Peço desculpa se eu estou enganado, porque na altura e vou fazer outra pergunta. Se isto é o projeto que teve a maquete em exposição na Junta de Freguesia há anos esta parte, se é o mesmo projeto? Não é o mesmo projeto, este projeto era intenção de habitação Social para Paderne, porque Paderne é uma terra que necessita que se ponha lá pessoas, agora as pessoas para estes custos vêm para aqui, não vão para Paderne. Isso eu não tenho qualquer dúvida, eu não tenho qualquer dúvida. E o que me levou isto a mim, e eu, não vinha pensando em dizer nada porque estas coisas já me vão custando um bocado, é que já enganei uma série de gente e eu estas coisas para mim custa-me um bocado, quer dizer, mas isto é a realidade, não estamos aqui a brincar. É que quando venho para aqui não venho brincar. Isto é uma casa que tem de se tratar as coisas com seriedade que é aquilo que eu faço. Portanto estou a dizer isto que foi o que aconteceu neste período todo que as pessoas vêm perguntando. Portanto não é habitação social, o que é que eu vou agora dizer às pessoas, olhem, desculpem lá isto foi um gafe da minha parte, foi um gafe da minha parte induzir as pessoas em erro. E se onde vai ser construído esses fogos se é no mesmo terreno? Não sei, estou a perguntar. A Câmara tem comprado tanta coisa, muita coisa agente não sabe, se calhar já compraram outros terrenos para fazer e a gente não sabe, não é verdade. Senhor Presidente é assim, não vale a pena agente estar a ignorar a realidade que a realidade é está. Aquilo não é habitação social portanto tenho que dizer às pessoas que não é habitação social, é tão simples como isto. Obrigado". -----

Francisco Oliveira: "Recebendo a informação quer do Senhor Engenheiro quer da Senhora Vice-Presidente, portanto verificamos que inicialmente estaria prevista a possibilidade de ser habitação social. Portanto há aqui uma alteração relativamente a esta questão, mas devo dizer que, pelo menos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abraça esta situação da construção dos quarenta fogos em Paderne. Porque sendo de uma forma ou sendo de outra é necessário fixar pessoas em Paderne, agora o



que estranhamos aqui é estarmos a fazer o concurso e ainda não temos muito bem definido como é que a coisa vai ser. E portanto poderá eventualmente alterar, agora devo aqui referir e frisar que é nossa intenção apoiar qualquer construção seja de arrendamento para a classe média, seja para habitação social que será mais completo e percebo muitas vezes o objetivo de não se avançar para habitação social mas a verdade é que era conveniente definir, e definir exatamente aquilo que se pretende ainda antes de se lançar o concurso. A segunda questão tem a ver realmente com o valor. O Senhor Engenheiro falou muito bem, ir ao mercado não encontramos, sim mas quando vamos ao mercado já temos os trinta ou quarenta por cento que o construtor coloca acima do custo de construção, e portanto a ideia aqui é no fundo tentar reduzir os custos e sem dúvida alguma construir a um preço razoável dependendo do tipo de construção que estamos a falar. Se é uma construção que não é efetivamente para habitação social necessariamente será uma construção um pouco mais cara, uma vez que terá outro tipo de objetivo. São essas as questões que eu penso que estão ainda um bocadinho por burilar e definir. A senhora Vice-Presidente disse que já referiu várias vezes mas a verdade é que eu já ouvi várias versões sobre: é habitação social, não é, é essencialmente habitação social, agora é menos, efetivamente pretende-se mais para o arrendamento e para a implementação do regulamento de arrendamento, e portanto é no fundo esta definição que convinha definir de uma forma mais concreta. Muito obrigado". -----

Roberto Raposo: "Boa noite a todos. Eu estou em desacordo ali com o meu conterrâneo o Senhor Francisco de Paderne, que é assim; eu em Paderne não conheço ninguém que seja ilegível para habitação social, portanto não estou a ver como é que a habitação vai servir Paderne. Porque acho que as pessoas que vivem nesse sítio quem precisa de habitação social é para ficar no sítio onde está atualmente, por certeza que quem precisa de habitação social aqui em Albufeira não quer ir para Paderne. Portanto a habitação social é para a pessoa da zona e em Paderne não conheço ninguém ilegível para habitação social". -----

Leonardo Paço: "Quanto ao preço da construção, portanto setenta e três ou setenta e quatro mil euros por fogo, obviamente que a gente sem saber quantos metros quadrados tem cada fogo não conseguimos fazer bem as contas, de quaisquer das maneiras não nos podemos esquecer que só estamos a falar do preço de construção, portanto os terrenos não está incluído. Portanto não concordo minimamente com o que



o Senhor Engenheiro disse, até porque trabalho na área e sei perfeitamente que se consegue construir a um preço muito mais acessível". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões da habitação social versus habitação a preços convencionados, a preços controlados, os mais diversos patamares da habitação, em fim, é uma opinião, cada um tem a sua opinião, obviamente que é legítima e se esta é a renda convencionada há-de de haver outros locais que a renda há-de ser habitação social pura e dura, outros será a preços controlados, está para os diversos patamares até de pessoas e conforme já se viu as opiniões divergem e portanto respeita-se cada uma delas. Relativamente à questão do preço do concurso, relativamente que o que o Engenheiro Valdemar quis dizer aqui há pouco e disse foi que este preço que está aqui foi o preço base de concurso e a partir daqui só se aceita propostas com o preço daqui para baixo, claro, não é daqui para cima. Portanto se agora uma divisão feita dá cento e seis mil euros conforme alguém disse, não fiz as contas, mas acredito que seja verdade, provavelmente vai acontecer por um valor muito inferior. O que interessa aqui é calcular que não fique uma vez mais deserto um concurso, que já aconteceu várias vezes, já duas vezes, nomeadamente até noutro aspeto. Na questão do GIRO ficou deserto o concurso que estava em vigor, tivemos que abrir novamente, cá está, nós pensamos que os concorrentes estão para se entregar por qualquer valor e isso não é bem assim, aquilo que nós pensamos não é bem assim. A cada um preço base que as pessoas entendam que é lógico, sustentado, evidentemente que isso não aparece aqui assim por acaso, não se lembrou com certeza de dar este número para aqui por esse número. Os técnicos fazem as suas contas com certeza e acreditando no acerto das contas, portanto acredita-se com certeza que está correto. Não tenho mais nada a acrescentar relativamente a isto, venham eles e comece-se a construção dentro do tempo necessário".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo



Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas", pelo preço base de 6.500.000,00€ +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ajuste direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Ford e Land Rover, incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", até ao limite de 45.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
 Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à consulta prévia para "Fornecimento Contínuo de Pneus, Câmaras de Ar e Prestação de Serviços Conexos", até ao limite de 59.160,00€ + IVA; - O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----



A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Pavimentação do Caminho da Baleeira - São Rafael, Rua do Farol e Ponta da Baleeira, pelo valor base de 900.000€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Segunda Secretária - Emília Sousa: "Só queria colocar aqui uma questão, já há já algum tempo que me vem aflorando determinados assuntos que normalmente me chegam e, há aqui uma situação que eu acho que a questão talvez seja pertinente mas eu gostaria que houvesse aqui um pequeno esclarecimento. Relativamente ao processo, ou seja, a este caminho que vai ser repavimentado, esta empreitada, este concurso público etc., como outras situações que já têm surgido, em que verificamos na documentação que nos é facultada uma série de documentos, SGDS, neste caso será, digamos, o termo adequado àquilo que nos chega, que são uma série de SGDS que muitas das vezes ascendem às várias ou muitas páginas. E eu gostaria de colocar aqui uma questão que me faz assim um pouco, desculpem lá a expressão, faz um pouco confusão. Relativamente às consequentes mensagens eu questiono; de tantos SGDS, talvez vinte, trinta, quarenta páginas e talvez até mais nalgumas situações que já verifiquei, não nesta mas também noutras, será que alguma dessa informação muitas vezes não se perderá pelo caminho? Não haveria uma forma mais fácil de tentar minimizar alguns assuntos que nos parecem, não quer dizer que sejam irrelevantes, mas diminuir esses SGDS? Muitas das vezes questiono, será que não há perda de informação, com tanta informação nessas páginas de SGDS nestes processos e muitas vezes minimizar o tempo que eles são consultados e são apurados e são decididos? É esta a minha questão". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão; se a informação sendo demais possa ser perdida, quer dizer se ela fosse pouca se calhar havia mais probabilidade de ter sido perdida por alguma que faltou. Portanto, evidentemente que pode haver sempre alguma contensão ou alguma racionalização de produção de elementos escritos,



nomeadamente esta gestão documental, se os serviços de quem depende esta contratualização e a feitura deste caderno de encargos e programa de concurso e devida abertura do concurso público, se entendem que era a falta essa documentação toda pois é porque faz falta para a instrução do processo. Agora, evidentemente que seria todo o interesse em tentar reduzir o máximo possível tanta produção de papel escrito, é verdade, mas os meios eletrónicos às vezes assim o obriga, porque precisamente tem de ter esses paços todos. É só, não tenho mais nada assim a acrescentar relativamente a isso". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Pedro Coelho, Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao concurso público para "Empreitada de Construção de Novo Ginásio, Ampliação de Cantina, Pintura de Paredes Exteriores dos Edifícios Existentes e Implementação de Segurança Contra Incêndio na EB 2,3 Diamantina Negrão, pelo valor previsto de 816.303,14€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, eu da análise que faço deste projeto e desta empreitada verifico que ela foi dividida em duas fases. Uma primeira fase da



construção do novo bloco e presumo que esta seja a segunda fase. E a minha pergunta é: para quando o início da primeira fase? E naturalmente, isto implicará também obras agora durante a época escolar, que não sabemos também infelizmente se haverá presencial, se haverá misto, como é que irá ser feito. Mas fico com a ideia que esta segunda fase, caso as aulas sejam presenciais terá alguma dificuldade em ser concretizada durante o próximo ano, ou pelo menos durante o próximo ano letivo. Portanto algum esclarecimento seria importante. Muito Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "É de fato uma segunda fase. Primeira fase está em sede de tribunal de contas, penso que até já veio o visto, já veio o visto do tribunal de contas, depois de alguns meses que eu tinha essa ideia. E esta vai agora abrir concurso, até que pelo valor que tem, tem que ir para visto do tribunal de contas, até que isto aconteça ainda vai demorar alguns meses. Portanto, quando houver que a obra deva ser adjudicada e depois consignada no início da obra depois nessa altura veremos em que altura estamos e logo se faz a gestão da construção". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao concurso público para "Concessão de Dois Circuitos de Transportes Públicos de Interesse Turístico em Comboio Rodoviário Articulado em Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, a questão é muito simples. Presumo que este concurso seja a renovação por assim dizer daquele que neste momento está em vigor. Portanto, este seja os dois circuitos que neste momento existem e que se propõe agora haver um concurso de concessão de dois circuitos de transportes pelo prazo de seis anos, prorrogável por dois, mais dois, ou seja, numa totalidade dez anos. E presumo que isto tenha a ver com o anterior concurso que eventualmente possa estar a terminar. Era o esclarecimento, obrigado". -----

Presidente da Câmara: "De facto assim é. O concurso está a terminar, mas neste momento só há um circuito em funcionamento, o outro circuito não está ativo, agora vão ser os dois a concurso se bem que possa não haver concorrentes. Mas é de facto o outro que está a terminar e tem que haver um novo reacendimento da situação agora criada, mas é precisamente por isso". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à "Candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior para o ano letivo 2020/2021";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Senhor Presidente, sobre este ponto gostaria de retomar o debate profícuo que fizemos nesta Assembleia, não neste edifício, na Guia na altura em Novembro de dois mil e dezoito quando tínhamos algo semelhante a este ponto, à data e estavam excluídos os mestrados. Depois de uma discussão alongada sobre essa matéria os mestrados foram integrados tendo em vista a minha proposta mas os valores também são ainda pequenos, isto é, estamos a falar de duzentos euros de apoio mensal por licenciatura e cento e cinquenta do mestrado. Na altura até se discutia que as questões no novo contexto Bolonha, o acesso a muitas profissões carecem de mestrado e isso impedia o acesso a muitas das profissões de jovens que terminassem os seus cursos. Mas o que quero trazer aqui é exatamente até no contexto da primeira fase desta Assembleia quando se teve a discutir alguns impactos económicos e sociais desta pandemia e trazemos já uma questão não só de especulação concreta, notícias de hoje, a Universidade do Porto e de Lisboa davam nota que estimavam pelo período se suspensão que estão a ocorrer que tinham uma redução de dez por cento dos alunos que estavam matriculados no ano anterior. O que eu quero trazer aqui é que neste momento de crise económica que vamos atravessar julgo que faria sentido e havendo disponibilidade do município de aumentar a bolsa e não situá-la nos cento e cinquenta euros para o mestrado e duzentos para a licenciatura. Como referi, julgo que é, com os problemas a agravarem-se por ventura vai ser ainda mais insuficiente quer no passado até porque muitos destes jovens poderiam também trabalhar no verão e se calhar como o turismo está esse acesso a esses empregos sazonais vai ser impossibilitado e julgo que seria interessante rever este valor com um valor um pouco superior que era para alguma forma garantir-lhe melhor qualidade na prestação desse serviço e que os jovens tivessem acesso à universidade de forma diferenciada". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do acesso e na possibilidade de frequentar um estabelecimento superior, de Ensino Superior, evidentemente que há este processo de Bolsas de Estudo que vem de trás e temos de continuar, mas temos previsto haver uma outra medida que possa ser implementada no âmbito de ajuda social a todos aqueles estudantes que por exemplo: no ano de dois mil e dezanove poderiam não ter capacidade de acesso a uma bolsa de estudo porque o per capita era bastante alto mas relativamente aos rendimentos de dois mil e vinte muitos deles de certeza absoluta vão ficar inibidos que aconteça. Aconteça o quê? Que aconteça a



entrada na Universidade. E isso são situações completamente anómalas e fora do espectro deste Regulamento de Bolsa de Estudo. Portanto Há que haver uma nova medida, temos isso pensado, está em estudo essa situação por forma que dentro de pouco tempo tenhamos uma candidatura nesse campo".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para "Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental", para a empreitada de "Remodelação e Ampliação da Rede de Águas Residuais e Pluviais da Zona Norte de Paderne - Fase 1"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo



Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para "Aquisição de Serviços para Avaliação das Competências e Atribuições do Município de Albufeira, Caracterização da Estrutura Funcional Atual, Análise e Descrição de Funções de Recursos Humanos e Reestruturação Orgânica dos Serviços", com o preço base de 80.000€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, da leitura aqui do Caderno de Encargos relativamente a esta proposta que presumimos tenha a ver com a necessidade de reestruturação dos serviços e portanto para essa análise. Mas depois verificamos aqui nas especificações técnicas que o objeto é de facto um objeto muito vago e que permite toda uma série de interpretações e de análises relativamente a: *entre outras seguintes etapas caracterização de estrutura funcional, diagnóstico, análise*, e portanto há aqui uma apresentação do resultado final mas não nos dá a ideia daquilo que efetivamente são os objetivos a atingir. E portanto era nesse sentido, quer dizer, entendemos que é importantes, aliás, os Vereadores do Partido Socialista no executivo têm vindo a pugnar por este relatório e por este projeto. É fundamental que haja uma reestruturação dos serviços e queríamos realmente que este relatório fosse o mais detalhado possível, mas entendemos de facto, este artigo nono é muito vago e não dá de facto a dimensão daquilo que seria necessário. Portanto a ideia seria pelo menos aquando da adjudicação a ver com certeza aqui a possibilidade do caderno de encargos poder ser eventualmente alterado".-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao concurso que está agora aqui para vir a ser aberto e por via desta plurianuidade do valor a pagar terá que vir a esta Assembleia, faço lembrar que há já algum tempo, já bastante tempo até que estava previsto este lançamento deste concurso, atrasou-se aqui bastante e o objetivo, são dois objetivos



principais: um deles é realmente uma reestruturação do quadro orgânico do município com conseqüente regulamento das diversas unidades orgânicas e do regulamento de funcionamento e outro também à locação dos recursos humanos a determinados sítios. Isto quer dizer, para se poder verificar ou não que determinadas unidades orgânicas têm pessoas a mais, têm recursos a mais enquanto outras estarão esvaziadas de recursos tendo em conta as suas responsabilidades, as suas competências. O objetivo que se pretende atingir é precisamente esse, portanto não vejo que tenha algum problema em termos de caderno de encargos. Foi aquilo que eu pedi, o artigo nono, precisamente alínea a) "que seja verificado o número de trabalhadores a cada atividade/atribuição de cada unidade orgânica do Município, e a sua adequabilidade à estrutura orgânica atual e obter uma proposta redimensionamento e revisão da estrutura interna dos serviços municipais", estão aqui espelhadas as duas grandes, os dois grandes capítulos das áreas em que deve interferir este, este estudo e este trabalho". -----

Presidente da Assembleia: "O Senhor Vereador Ricardo Clemente pediu a palavra, o facto de ser mencionado, o senhor é Vereador, vem nas atas é mencionado. Não há defesa da honra, não há defesa da honra, desculpe, a honra não foi atacada, foi apenas indicada a dizer que pugna, só se quiser vir dizer que não pugna. É uma questão de defesa, senão, cada vez que for chamado a intervir cada vereador ou apontado, nós então não saímos daqui. Oh Senhor Vereador claro que afeta, Senhor Vereador eu percebo bem, aqui vem como proposta da Câmara Municipal, não foi lançada nenhuma questão diretamente a qualquer vereador. Vamos aqui, o Senhor Vereador diz que é para repor a verdade então fará o favor de identificar, tem a palavra, vou-lhe dar a palavra, mas vamos já estabelecer as regras. O Senhor Vereador em primeiro lugar vai dizer onde é que está a mentira e depois a seguir eu vou decidir se lhe dou a palavra para defender a honra, se fizer o favor". -----

Vereador Ricardo Clemente: "Eu não estou aqui a falar da mentira Senhor Presidente".-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Vereador, o Senhor diz-me que é para repor a verdade, a gente só repõe a verdade quando é mentira".-----

Vereador Ricardo Clemente: "Isto tem a ver com o facto de nós termos estabelecido com a Câmara Municipal aquando a esta discussão há cerca de dois anos um acordo com o Senhor Presidente. E foi sob uma proposta nossa ao Senhor Presidente que deveria



haver uma auditoria externa ao organograma da Câmara Municipal como então estava a ser deliberado e daí estar aqui a repor a verdade pelo menos para que fiquem a saber que também foi uma proposta nossa, indicado por nós e hoje vem aqui à reunião da Assembleia Municipal. Também gostaria de deixar bem claro que isto não passou na reunião de câmara, ou seja, vem cá à Assembleia Municipal sem nós termos tido o conhecimento na Câmara Municipal sequer sido informados sobre esta proposta a vir cá à reunião de câmara. E era isto que eu queria deixar aqui bem esclarecido, e acho que nós vereadores não permanentes apesar de termos um espaço pequeno de intervenção merecemos pelo menos dar esta pequena explicação às pessoas que aqui estão presentes, aos Membros desta Assembleia e não só o público que aqui participa nesta reunião, de forma a que percebam, e acho que eu estou a dizer a verdade e totalmente a verdade. Estão aqui pessoas que podem provar isso, por isso acho que tenho esse direito. Muito obrigado, tenho dito". -----

Presidente da Assembleia: "Senhor Vereador, em toda a razão quando diz que tem direito, mas os Membros da Assembleia Municipal é que tem a palavra na Assembleia Municipal, tal como o Senhor tem toda a palavra dentro da Câmara Municipal nas sessões, nós nem sequer lá temos lugar. Agora são os Membros da Assembleia Municipal que tomam posição e nos documentos que vêm, e disse muito bem, vem aqui como proposta da Câmara Municipal e já vou ver se vem ou não vem. Calma, como lhe estou a dizer, já vou ver se vem ou não vem, porque se não vier terá que ser feita a retificação. Ouça, é o que lhe estou a dizer, mas agora isto não é um ponto de debate, ou melhor, isto não é um sítio de debate para os vereadores, desculpe-me. Isto é um ponto de debate para os Membros da Assembleia Municipal, e o Senhor Presidente da Câmara pode pedir a quem quer que seja dos vereadores que tome a palavra, e podem tomar ou não. E tivemos aqui o caso em que o Senhor Engenheiro pediu a palavra e eu não lha dei porque é o Senhor Presidente que me pede, se pedir. E portanto, senão isto desvinculávamos aqui as regras, e o nosso regimento foi amplamente discutido para todas as bancadas é muito claro nisto. Defesa da honra. Chamou a atenção, diz que é defesa da honra, aqui na mesa vou verificar o ponto e um minuto nem tanto já lhe dou e o Senhor presidente da Câmara também obviamente tem a palavra para entretanto se quiser dizer algo".-----

Presidente da Câmara: "Ninguém está aqui a esconder nada relativamente à Câmara. O que está aqui a vir à Assembleia é tão só e pura e simplesmente o que eu disse há



pouco no início, que é a questão da plurianuidade deste valor, que é por dois anos económicos, prevê-se. Porque se à verba a pagar em dois mil e vinte e à verba a pagar em dois mil e vinte e um, por essa razão e só por essa razão, tem que vir à Assembleia Municipal. Ninguém está a esconder nada o que quer que seja a ninguém, longe de mim e eu muito menos". -----

Presidente da Assembleia: "Mas eu respondo Senhor Presidente, e aqui no Edital está onde eu li, eu li o ponto e já há pouco também, está por lapso "proposta da Câmara Municipal" no Edital, e quando na verdade na Ordem de Trabalhos diz no ponto onze; "apreciação e deliberação sobre proposta do Presidente da Câmara Municipal", e portanto está retificado o lapso e depois as Senhoras Secretárias irão corrigir também este ponto entre o Edital e a Ordem de Trabalhos e portanto eu vou ler o ponto novamente que é: "apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para "Aquisição de Serviços para Avaliação das Competências e Atribuições do Município de Albufeira, Caracterização da Estrutura Funcional Atual, Análise e Descrição de Funções de Recursos Humanos e Reestruturação Orgânica dos Serviços", com o preço base de 80.000€ + IVA". E antes de voltar a abrir o ponto dizer que, todos, todos e qualquer Membro da Assembleia Municipal ou qualquer pessoa, nomeadamente os Senhores Vereadores, quando verificarem que há um lapso na Ordem de Trabalhos, ou obviamente no Edital como aconteceu, e daqui o meu pedido de desculpas, eu agradeço que façam um email porque nós pouparíamos se calhar quase meia hora de discussão inócua para aquilo que é funcional dizer; *Senhor Presidente está enganado, não é da Câmara Municipal é do Senhor Presidente.* E portanto evitávamos discussões, é uma questão tão simples de passarmos à frente, porque não queremos, há um lapso que é meu, eu assumo, de uma divergência entre o que deveria ser e aquilo que é, que é uma proposta do Senhor Presidente da Câmara e não da Câmara Municipal. E portanto parece que fazemos aqui, enrolamos o assunto para uma coisa tão simples como dizer; *Senhor Presidente, está enganado, é da câmara Municipal ou não é da câmara Municipal é do Senhor Presidente.* Ainda há pouco vimos, a Cristina Pinto fez esse reparo, retificamos, passamos à frente, não há honra, não há interrupção dos serviços, é muito mais agilizado aqui a questão, porque o que está aqui em causa é a proposta do Senhor Presidente da Câmara. Considerações políticas serão feitas, as perguntas do Senhor Deputado Francisco Oliveira, o Senhor Presidente já tomou a palavra. Mais alguma inscrição acerca deste assunto? Não. Então vamos passar à votação". -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo PAN "Mercado Biológico"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: Senhor Presidente, relativamente à recomendação não temos nada a apontar e devemos votar favoravelmente, porém, gostaríamos de dar aqui uma indicação que é: a questão do mercado biológico implica necessariamente a certificação dos produtos para serem efetivamente biológicos e de origem biológica. Por outro lado entendemos que neste momento seria importante termos aqui também atenção os chamados produtos locais ou chamado o mercado de agricultores, e portanto não ser tão restritivo ao produto biológico mas sim haver aqui de facto uma maior amplitude relativamente quer aos agricultores quer aos produtos locais uma vez que a economia local ia necessitar efetivamente deste pontapé e portanto deste empurrão. Muito Obrigado".-----

Presidente da Câmara: "Eu corroboro inteiramente com aquilo que o Deputado Francisco Oliveira disse, acho que deveria ser mais abrangente e acho que a perspectiva cada vez mais é essa, até porque vão começando a aparecer por aí algumas hortas de



residentes o que era importante dar o incremento ainda mais à agricultura nestes tempos que se fala tanto em diversificação de economia do Algarve e neste caso particular no concelho de Albufeira. Inteiramente de acordo e era minha perspetiva também entrar por esse caminho, não apenas o biológico, o biológico tem essa particularidade muitas vezes não alcançável que é precisamente a certificação. Quem é que vai dizer e saber se é ou não biológico. Não andamos aqui a comer gato por lebre”.- Pedro Coelho: “Não havendo comentário da preponente mas sendo do agrado do Presidente esta proposta efetuada diria algo mais a acrescentar dentro do desafio. Isto é, para além desta questão da agricultura poder ser exatamente aqui mais uma almofada económica para o concelho e para a diversificação mas também que ela seja incorporada por exemplo na baixa de Albufeira para devolver alguma tipicidade à baixa e alguma atratividade à baixa para que ela como foi visto neste período de pandemia ou após pandemia, desconfinamento em que os turistas que lá estavam não estava lá mais ninguém. E acho que um mercado deste género consegue-se facilmente fazer quinzenalmente ou mensalmente em espaços da Baixa, como na Praça dos Pescadores ou no Largo da Av. Eduardo Pacheco”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo PAN “Apoio à iniciativa da sociedade civil - Caixa Solidária”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "É rápido que a noite já vai longa. Mas era só para pedir que esta caixa solidária é de facto uma medida importante dentro das várias medidas relativamente à questão do apoio à iniciativa da sociedade civil, mas a questão que aqui poderá estar em causa também, é que, será que esta experiência terá só efeitos positivos. E portanto eu penso que uma monitorização desta situação seria importante para verificar realmente da importância e da relevância desta questão juntamente com outras, nomeadamente as cantinas sociais. Deixaria só esta nota, naturalmente que votaremos favoravelmente e gostaríamos realmente de ter era uma perspectiva se possível por parte da Câmara Municipal daquilo que são os resultados desta experiência positiva. Obrigado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Renato Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -
 A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo BE "Pelo fim das touradas no concelho de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "A tourada é uma atividade desajustada à realidade atual bárbara e que é simplesmente violência pela violência sem qualquer propósito final. É cada vez menos relevante na sociedade e cultura portuguesa, prova disso são os números de assistentes que diminuem ano após ano. A tourada não pode ser em dois mil e vinte considerada cultura. Tendo em conta que a praça de touros de Albufeira em nada



representa tradição da cidade nem dos Albufeirenses, já que foi construída em mil novecentos e oitenta e dois com o único propósito tirar proveito do mercado turístico de Albufeira. Não existindo nenhum matadouro no Algarve os animais esperam em sofrimento até vinte e quatro horas até serem transportados para o Alentejo. A praça de touros de Albufeira em nada beneficia economicamente a cidade de Albufeira já que não existe criação de postos de trabalho a longo prazo porque o período útil de atividade por ano é reduzido. A cidade também não é beneficiada em termos de imagem e reputação, e já falámos na reputação de Albufeira como destino turístico hoje, já que a praça de touros continua a fazer publicidade enganadora afirmando nos seus canais de promoção de que o touro não é morto, ocultando que o sofrimento que lhe é causado pela perfuração da pele com bandarilhas. Isto leva a que muitos turistas que assistem ao espetáculo se sintam enganados, já que são apanhados de surpresa pela barbaridade e violência da atividade. O Município de Albufeira não consegue controlar a publicidade em carros sonoros e em placares da praça de touros tendo em vários anos sido notável que não existe licença de publicidade em dia com o município e que ainda assim a publicidade está afixada e os carros de som percorrem a cidade diariamente no verão e ignorando o limite de horário de publicidade sonora, as vinte horas. A praça de touros de Albufeira convida os assistentes da atividade a participar, servindo bebidas alcoólicas, incentivando os assistentes a interagirem de maneira violenta com os bovinos mais jovens, e se houver dúvidas sobre isso basta ir à página de facebook da praça de touros que publicita isso com orgulho e com alguma pompa e circunstancia. Assim a proposta é; que seja imediatamente suspensa a licença de funcionamento para a praça de touros de Albufeira bem como definida a recusa de licenciamento a qualquer tipo de atividade tauromáquica no concelho e que seja negociado com o proprietário da praça de touros a conversão do mesmo espaço em sala de espetáculos beneficiando a oferta cultural em Albufeira ou em alternativa aquisição do espaço para proveito municipal no âmbito cultural".-----

Gaspar Meirinho: "Boa noite a todos. Eu vou só dar indicação da declaração de voto da bancada do PSD, a justificação para o voto que vamos ter".-----

Declaração de voto da bancada do PSD; (Doc. n.º 2 anexo a esta ata).-----

Francisco Oliveira: "Nós temos também uma declaração de voto que passaremos depois a ler, mas só para explicar que esta recomendação do Bloco de Esquerda tem dois pontos; o primeiro ponto diz respeito à questão das licenças dobre licenciamento das



touradas e aí eu posso referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nada tem opor que a Câmara Municipal que é detentora da possibilidade da concessão das licenças o possa fazer em conformidade ou em desconformidade com aquilo que entenda e nesse sentido entendemos que essa decisão cabe ao Executivo devendo a ter em conta o sentido da população e até inexistência de tradição tauromáquica do concelho. Quanto ao segundo ponto, que é o ponto que discordamos da solução proposta, uma vez que a questão relativa à tauromaquia do concelho não pode nem deve passar pela aquisição do espaço da autarquia ainda para mais dos tempos que correm, em que todos os recursos são necessários para fazer face à grave crise provocada pela pandemia. Face ao exposto, neste caso, o Partido Socialista abstêm-se na votação do ponto catorze. Passaria a ler a declaração de voto na totalidade e que diz o seguinte: (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)". -----

Miguel Pinheiro: " Em primeiro lugar tenho duas perguntas um bocado retóricas para a Bancada do PSD. A primeira era que; gostava que me explicassem onde é que existe a cultura e a tradição de tourada em Albufeira? Mas deixo a resposta para vós. E também que, está não é bem uma pergunta é uma constatação pessoal, acho um bocado estranho que de repente o PSD tenha deixado de ser anti tourada desde que rasgaram ou desde que o PAN rasgou o acordo com o PSD, mas cada qual com a sua. Ao PS gostava só de esclarecer que a nossa proposta no ponto dois sugere a negociação com os detentores da praça e só se essa negociação não for frutífera aí ponderar a compra. É só". -----

Gaspar Meirinho: " Boa noite novamente, só para tentar esclarecer ali o Senhor Deputado Miguel. A bancada do PSD não disse que era contra ou que deixava de ser contra por motivos pessoais. Aquilo que invocou foi basicamente o que consta da lei, das decisões que tem vindo a ser proferidas pelos tribunais e portanto quem tem de legislar sobre essa matéria é o Governo. O PAN apresentou, como eu disse, há dois anos uma proposta de abolição total da tauromaquia em Portugal, foi rejeitada, e inclusivamente por quem estava no governo. O PS inclui-se lá, o PSD também, mas o que eu estou a dizer é que a nível do Município não nos cabe a nós estar a tomar uma decisão que venha a imiscuir-se numa esfera que não é do Município, é do Estado. O Estado é que tem de fazer alterar a constituição da República Portuguesa, o Estado é que tem de fazer abolir a tauromaquia. Não nos cabe a nós estar a decidir, podemos até ter uma opinião pessoal, agora essa esfera entendemos nós que não é para aqui



chamada e o critério utilizado para a rejeição da proposta que foi apresentada, é tão somente esse é legal. Só, esse, o ponto de vista, não estou aqui a falar de acordos que foram rasgados ou deixara de ser rasgados Miguel. Basicamente, eu, acho que li e aquilo que li é baseado na lei e naquilo que foi proferido pelos tribunais. Tentaram fazer isso pelo Município da Póvoa de Varzim, tal como eu disse, e foi declarado inconstitucionalidade orgânica da decisão que foi tomada pela Assembleia Municipal desse Município, e portanto é só com base nisso. Não é uma questão de estarmos aqui dizer que gostamos ou que não gostamos da atividade da tauromaquia ou se a Cidade de Albufeira tem ou não tem cultura tauromáquica. Aquilo é uma estrutura privada, se preencher requisitos para licenciamento eu não estou a ver como é que a Câmara os vai negar. Basicamente é isso, se eles fizerem a apresentação de um pedido de licenciamento e esteja tudo em conformidade com a lei, a Câmara não têm mais que não emitir a licença. Porque, Constituição da Republica Portuguesa assim o permite também, portanto não nos cabe a nós Município estar a imiscuir a esfera que não é nossa. Basicamente foi esta a postura que a bancada do PSD tomou. Ninguém está contra o PAN, ninguém está a favor da violência dos animais, eu espero que isso fique esclarecido aqui. Obrigado, tenho dito". -----

Presidente da Assembleia: "Senhores Deputados, aproxima-se o fim dos trabalhos, ou seja, a meia-noite, e para que não haja qualquer dúvida e chamada de atenção à mesa sobre não ter deliberado a continuidade dos trabalhos, serão os Senhores Deputados chamados a pronunciar-se sobre a suspensão/continuação dos trabalhos, sendo que, se a continuação dos trabalhos for deliberada para amanhã, ou melhor, for deliberada suspensão dos trabalhos, ficam já todos convocados para amanhã à mesma hora, neste mesmo local, assim a Câmara Municipal tenha disponibilidade do espaço". O Presidente da Assembleia colocou a continuidade dos trabalhos a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Gago, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, o Secretário da



Junta de Freguesia de Paderne e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Miguel Pinheiro: "Esclareço então as razões que podem levar a Câmara Municipal a suspender a praça de touros. No jornal online "Planeta Algarve" em vinte e seis de outubro de dois mil e dezassete, noticiava o seguinte: "*manifestantes anti tourada atacados por objeto explosivo retirado dentro da praça de touros*". No dia vinte e sete a Agosto de dois mil e dezoito o Bloco de Esquerda denunciou a publicidade ilegal feita pela praça de touros incluindo os preços especiais para crianças dos três aos seis anos, e aliás, a gratuitidade para a entrada de crianças dos três aos seis anos e os preços especiais para crianças dos seis aos doze. Ora, o IGAC 2.52.43 diz que; "*a lei admite que os menores de doze anos possam entrar nos espetáculos tauromáquicos desde que acompanhados pelos pais ou de um adulto identificado*", mas o IGAC também diz que; "*a entrada nunca deve ser feita de forma indiferenciada ou apelativa como por vezes decorre da publicidade onde designadamente se incentivam preços especiais para menores de idade a doze anos*". Portanto façam com isso o que quiserem. No Diário de Noticias há a noticia que diz; "*DIAP confirma que está a investigar incidente durante a tourada no dia dezoito de Agosto de dois mil e dezoito*". Os incidentes foram a agressão de manifestantes que entraram com certeza não legalmente dentro da praça de touros, mas que foram agredidos, e peno que, e acho que, não existe informação nenhuma que me diga o contrário, as pessoas que agrediram os manifestantes ainda não foram identificadas. O relatório da ONU de Outubro de dois mil e dezanove diz o seguinte: *o Comité dos direitos da criança das Nações Unidas considera a exposição de crianças à violência das touradas como uma violação da convenção dos direitos da criança. Recomenda que seja recomendada a idade mínima de dezoito anos para assistir participar em touradas. A plataforma "BASTA" no dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dezanove faz uma explanação sobre o que já falei na recomendação, em que ilegalmente a praça de touros convida os assistentes a juntarem-se dentro da arena com cerveja e que façam lides de toiros, não só sem autorização para tal como quando existe algum ferimento nalgum assistente a pessoa é escorraçada da praça de touros e não lhe é prestado auxílio médico. Portanto, se isso não são razões suficientes para que a Câmara Municipal retire a licença da praça de touros, expliquem-me o que são". --*



Gaspar Meirinho: "Eu juro que isto não é defesa da honra. A ver se isto fica explicado, o IGAC diz, os jornais dizem, e aquilo que eu disse foi; o Supremo Tribunal de Justiça disse, o Tribunal Administrativo e Fiscal disse, a Constituição da República Portuguesa diz. Portanto, eu acho que com isso está tudo dito. Obrigado". -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: doze (12) Renato Pimenta, Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Gago e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Abstencões: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: dois (02) Miguel Pinheiro, Hugo Aires, -----
 A proposta foi reprovada por maioria.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação da Recomendação apresentada pelo PAN intitulada "Praça de Touros de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, o pedido de recomendação do PAN é único e limita-se em requerer que seja adquirida por parte da Câmara Municipal, do Município, o equipamento, neste caso a praça de touros. Nós entendemos muito honestamente que a questão da tauromaquia é algo que tem de ser debatido com uma amplitude muito maior daquela que será entre lei e não lei, entendemos também que a tauromaquia é algo que mais tarde ou mais cedo irá desaparecer mas são questões que têm a ver naturalmente com o sentido do povo. E nesse sentido entendemos que de facto esta recomendação do PAN é muito restritiva e redutora e tendo em consideração até as situações que neste momento atravessamos nos parece perfeitamente descabida. E por isso mesmo temos aqui uma declaração de voto que passarei a ler que diz o seguinte: "Relativamente à proposta "Recomendação do PAN - Praça de Touros de Albufeira", ponto quinze da ordem de trabalhos, entende o Grupo



Parlamentar do PS pelas razões já atrás induzidas e que referimos no ponto catorze, que a discussão sobre a tauromaquia no concelho tem que ter um espetro mais amplo de debate com medidas efetivas no sentido de estratégia de futuro não podendo na mesma ser reduzida à aquisição da praça de touros de Albufeira o que não viabilizaria a existência de eventos desta natureza noutros locais ou mesmo através de praças amovíveis. Nesse sentido o Grupo Parlamentar do PS vota contra a proposta resolução por sentir que se trata de uma solução redutora e desajustada do momento em que vivemos, denominado pela pandemia do Covid 19 e pela necessidade de canalizar recursos para a necessidades básicas da população. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta da Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Renato Pimenta -----

Abstenções: doze (12) Miguel Pinheiro, Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Gago e o Vogal da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Votos a favor: um (01) Hugo Aires, -----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

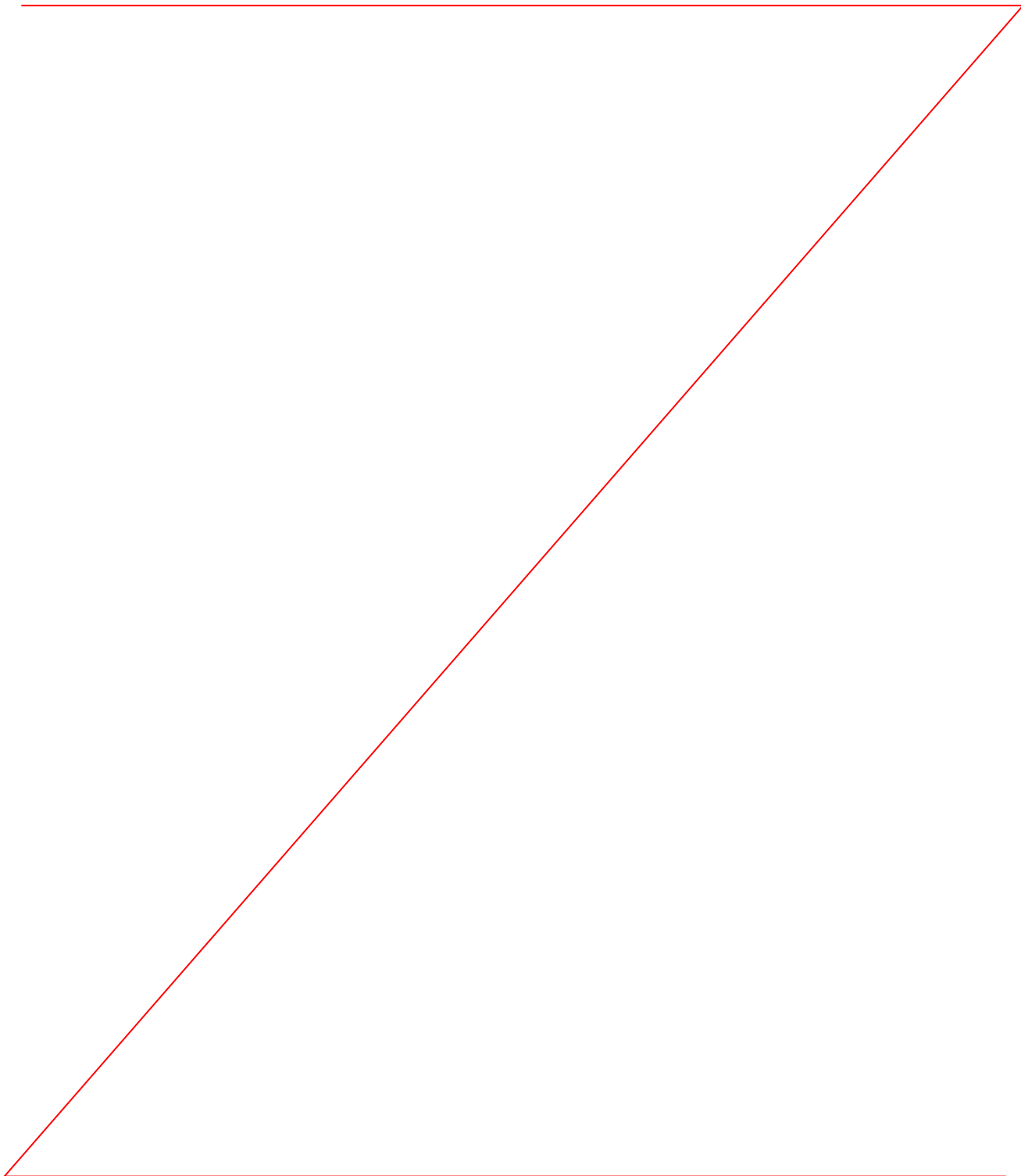
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:10 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 5 de Agosto de 2020 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Em tempos difíceis de Pandemia, um executivo que não se cansa

Desde Março de 2020 que a pandemia se declarou oficialmente no país e que os munícipes deste concelho se viram obrigados a reconverter a sua maneira de viver, os seus procedimentos e comportamentos sociais, a enfrentar receios pela sua saúde e pela dos seus, a obrigarem-se a confinamentos pronunciados, enquanto os números se expandiam exponencialmente no país. Foram muito, difíceis a segunda quinzena de Março, Abril e Maio.

A DGS vacilava nas medidas a tomar e os números nem sempre correspondiam à realidade. O Governo procurava soluções de compromisso entre a necessidade de travar uma curva ascendente de contaminação e a necessidade de apoiar a população, cujos empregos perigavam, e as empresas que se afundavam em insolvências.

Todos éramos necessários e as respostas governamentais primeiro e complementares, dos municípios a seguir, eram verdadeiramente urgentes. E é aqui que importa relevar e enaltecer a importância da acção do executivo desta Câmara que enfrentou com frontalidade, criatividade, lucidez e dinamismo as complicadas situações com que deparava.

A todos foi sempre possível acompanhar a acção empreendida, bastando para tal ir lendo o Boletim Informativo da Câmara Municipal de Albufeira. Porém como nem todos têm a oportunidade de ler um dos seus 25.000 exemplares, quero hoje lembrar o que o Sr. Presidente, Dr. José Carlos Rolo e o seu executivo realizou nestes tempos conturbados e que devem merecer a nossa atenção e respeito, para que a maledicência não fundamentada se possa esvaziar em si mesma.

Começo por referir, com base nos Boletins Informativos de Maio e de Junho de 2020 as medidas tomadas pelo executivo, que implicam montantes assinaláveis mas que por não serem despesas plurianuais, não vêm a esta Assembleia:

No âmbito da Saúde, num montante de 800.000 euros foram adquiridas 400.000 máscaras e 500 testes ao Covid 19, viseiras e diversos equipamentos; compraram-se ventiladores para equipar a Sub Unidade de Saúde de Albufeira e VMER, abriu-se um Centro de Triagem; apoiaram-se costureiras para a manufactura de batas descartáveis para aqueles que tinham de conviver mais de perto com o vírus..

No âmbito Social, delineou-se o programa “Resposta Já” para que todo o esforço fosse coordenado; deliberou-se a isenção de tarifas fixas de água, águas residuais e resíduos sólidos, com efeitos nas faturas de Abril a Julho; foram garantidas as refeições às crianças com escalão A; foi criado um Banco de Voluntariado para auxílio dos mais necessitados, foi lançada a primeira



pedra doLar, Creche e Centro de Dia de Olhos de Água que ascenderá a um valor de 5,2 milhões de euros; foram atribuídos 415 milhões para apoios de clubes e associações desportivas e 318.000 euros para apoio social e associações culturais.

No âmbito das medidas de apoio às PME, o executivo deliberou isentar de mensalidades os comerciantes inseridos em equipamentos municipais; o diferimento do pagamento de taxas de publicidade por 3 meses e teve a iniciativa de realizar videoconferências com as associações empresariais e IPSS.

Quanto a medidas profiláticas, o executivo procedeu ao encerramento e desinfecção de espaços públicos; à transformação do Pavilhão Municipal em espaço de abrigo; à suspensão da leitura do consumo de água; a ações de sensibilização das comunidades estrangeiras e ao apoio continuado aos profissionais da linha da frente disponibilizando-se 50 apartamentos a estes elementos.

Como medidas comunicativas, o próprio presidente escreveu uma carta aberta aos munícipes; foi criado um portal dedicado ao Covid 19; angariaram-se contactos para entregas domiciliárias a pessoas contaminadas e confinadas e tomaram-se medidas de segurança no atendimento público.

Aos Bombeiros Voluntários de Albufeira foi prestado todo o auxílio para que a sua missão fosse sempre exequível.

Como o a_ño balnear se aproximava foram tomadas medidas no sentido de garantir a qualificação de excelência das praias do município e também medidas que assegurassem a utilização destas praias dentro dos critérios de segurança adequados.. Foram destinados 700.000 euros para a limpeza de praias e garantida a assistência a banhistas mesmo fora das praias concessionadas.

Sublinho também o investimento camarário em mais de um milhão de euros para a reabilitação da antiga Igreja Matriz de Albufeira num esforço de valorização do nosso património histórico, cultural e turístico.

Ao falar de Turismo tem também importância lembrar que o Parque de Estacionamento de Olhos de água foi aberto ao público viabilizando uma maior facilidade de estacionamento e acesso aquela praia e centro turístico.

Entretanto, estabeleceram-se novos protocolos com a AHSA e a Cruz Vermelha, parceiros sociais que nos tempos que correm têm especial importância.

A Biblioteca retomou o serviço de empréstimo.



Os requerimentos de obras particulares puderam ser submetidos por via digital.

As Obras públicas continuaram e aqui tem especial relevo o enorme esforço que o executivo levou avante no investimento de 8 milhões na rede viária e que hoje já todos podemos ver e sentir. Assinalar os 2 milhões de investimento nos transportes públicos, assunto que se tratou aqui na sessão de 1 de Julho.

Referir o milhão de euros para ajudar os empresários que enfrentam as maiores dificuldades.

Por fim e embora não consiga enumerar todas as ações tomadas por este executivo PSD, nesta mesma Ordem de Trabalhos vamos tomar em conta novas e importantes iniciativas do executivo como as 40 casas a construir em Paderne para suprimir as necessidades sociais daquela freguesia e alavancar aquela comunidade, no valor de 4 milhões. O Lar das Fontainhas no valor de 7 milhões que queremos uma realidade no Concelho e ainda o milhão a investir no Parque Escolar, nomeadamente na escola Diamantina Negrão.

Pois assim , como disse no início, em tão pouco tempo, menos de 4 meses e em circunstâncias tão difíceis, muito se fez pelo Concelho e pelos seus munícipes, e por vezes para além do esperado, substituindo o que deveria ser a acção governamental, possuidora de outros meios.

Está de parabéns Sr. Presidente e o seu executivo pois têm provado que não se cansam em prol do interesse da comunidade deste Concelho de Albufeira.



Ponto 14
 Assembleia Municipal de 5 de Agosto 2020

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PSD

Os deputados municipais do Partido Social Democrata de Albufeira entendem que, tendo em linha de conta que:

- A tauromaquia é uma actividade tutelada pela Lei, e no caso em apreço encontra-se sob a alçada do Ministério da Cultura, que se encontra protegida por legislação própria aprovada pelo plenário da Assembleia da República, nomeadamente pelo Decreto-Lei 89/2014 de 11 de junho, que aprovou o Regulamento do espectáculo tauromáquico; -
- É a própria Lei a reconhecer a tauromaquia como cultura, definindo-a nas suas diversas manifestações como parte integrante do património da cultura popular portuguesa;
- O Decreto-Lei nº 23/2014, que aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística, protege a realização de touradas infirmando que estas “integram o conceito de espetáculos de natureza artística, nomeadamente, as representações ou atuações nas áreas do teatro, da música, da dança, do circo, da tauromaquia e de cruzamento artístico”;
- A Constituição da República Portuguesa também define no nº2 do seu artigo 43º que “O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas”; o nº 1 do artigo 73º afirma que “Todos têm direito à educação e à cultura”, e os nºs 1 e 2 do artigo 78º deste diploma explana que “Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural” e incube ao Estado a promoção da salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum.
- A questão trazida a esta Assembleia Municipal pela bancada do BE também já foi objecto de apreciação prévia pelos tribunais, nomeadamente por acórdão proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça – de 15/03/2007, no âmbito do processo n.º 06B4413 onde se afirmou que “A verdade é que se trata de uma actividade que faz parte dos nossos valores culturais, tal como a tourada, a caça nas diversas modalidades e a pesca desportiva, mesmo que não se pratiquem em alguns países da Europa. (...) De qualquer modo, como atrás se deixou dito, a Constituição Portuguesa impõe a protecção do património cultural. As touradas (...) fazem parte dos costumes ancestrais. São valores que devem ser respeitados e mantidos até que o povo assim o entenda”, e agora recentemente pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga no âmbito do Processo n.º 1350/12.9BEBRG, sob o qual também ficou esclarecido que “(...) a tauromaquia, goste-se ou não, é uma manifestação cultural, como o teatro, a música, o circo, etc. (...)”.
- O tribunal Administrativo e Fiscal do Porto também considerou inconstitucional a decisão do Município da Póvoa do Varzim que tentou proibir as touradas e que contemplou na sua decisão que “As deliberações dos órgãos do município da Póvoa do Varzim que decidiram que, a partir de 1 de Janeiro de 2019, estava interdita a realização, na área do município da Póvoa do Varzim, de corridas de touros ou outros espetáculos que envolvam violência sobre animais, padecem de inconstitucionalidade orgânica”;
- No âmbito das mencionadas decisões judiciais os municípios que se decidiram contra o desenvolvimento da actividade da tauromaquia foram obrigados a repor a situação anterior, com todas as legais consequências daí advenientes;
- O espaço onde é praticada a actividade tauromáquica em Albufeira é privado, esfera sob a qual o município não pode nem deve imiscuir-se;



- O projecto de lei apresentado pelo PAN no plenário da Assembleia da República em 2018, que visava a abolição da tauromaquia em Portugal, foi reprovado;
- Cabe ao governo, à sua tutela e à Assembleia da República (e não aos municípios) decidir sobre a continuação (ou não) da prática de actividades tauromáquicas, legislando e fazendo aprovar os respectivos diplomas legais que regerão as regras neste específico assunto;

Por tal motivo, entende a bancada do PSD que esta Assembleia Municipal não poderá aprovar uma semelhante proposta, no presente caso a proposta de recomendação apresentada pelo BE, motivo pelo qual vota no sentido da sua rejeição.

A bancada do PSD Albufeira, 5 de Agosto de 2020

Handwritten signatures of the PSD Albufeira group members, including the name Helen Pereira Simões.



Ponto 14
Assembleia Municipal de 5 de Agosto 2020

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma declaração de voto relativamente aos Pontos 14 e 15 da Ordem de Trabalhos da Sessão Extraordinária, realizada no dia 05/08/2020, o que faz nos termos seguintes:

1. No que concerne à recomendação apresentada pelo BE “Pelo fim das touradas no concelho de Albufeira”, entende o Grupo Parlamentar do PS nada ter a opor ao primeiro ponto de recomendação, nomeadamente quanto à suspensão da licença de funcionamento da praça de touros de Albufeira, ou a qualquer tipo de actividade tauromáquica no concelho.
2. Entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que tal decisão cabe ao Executivo devendo este ter em conta o sentir da população e até a inexistência de tradição tauromáquica do concelho.
3. Quanto ao segundo ponto, discordamos da solução proposta, uma vez que a questão relativa à tauromaquia no concelho não pode nem deve passar pela aquisição do espaço pela Autarquia, ainda para mais nos tempos que correm, em que todos os recursos são necessários para fazer face à grave crise provocada pela pandemia. Face ao exposto, o Partido Socialista abstém-se na votação do ponto 14.
4. Relativamente à proposta de recomendação do PAN, “Praça de Touros de Albufeira”, ponto 15 da Ordem de Trabalhos, entende o Grupo Parlamentar do PS, pelas razões já atrás aduzidas, que a discussão sobre a tauromaquia no concelho tem de ter um espectro mais amplo de debate, com medidas efectivas no sentido da estratégia de futuro, não podendo a mesma ser reduzida à aquisição da Praça de Touros de Albufeira, o que não inviabilizaria a existência de eventos desta natureza noutros locais ou mesmo através de praças amovíveis.



Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS vota contra a proposta de resolução, por sentir que se trata de uma solução redutora e desajustada no momento em que vivemos, dominado pela pandemia Covid-19 e pela necessidade de canalizar recursos para as necessidades básicas da população.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira

[Handwritten signatures in blue ink]
Qua de Psu Albu